

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	15
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	16
Demonstração do Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
Notas Explicativas	25
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	84
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	85

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	91
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	962.274.260
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>962.274.260</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	10/08/2011	Dividendo		Ordinária		0,77702

---

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	7.355.849	7.041.917
1.01	Ativo Circulante	801.950	601.635
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	582.944	110.958
1.01.02	Aplicações Financeiras	43.744	42.533
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	43.744	42.533
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	43.744	42.533
1.01.06	Tributos a Recuperar	51.345	34.992
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	51.345	34.992
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	123.917	413.152
1.01.08.03	Outros	123.917	413.152
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	121.617	412.647
1.01.08.03.02	Outros Créditos	2.300	505
1.02	Ativo Não Circulante	6.553.899	6.440.282
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	261.900	272.797
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	22.180	39.216
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	22.180	39.216
1.02.01.06	Tributos Diferidos	171.532	177.729
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	171.532	177.729
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	32.866	14.875
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	32.866	14.875
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	35.322	40.977
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	11.119	10.676
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	2.787	2.787
1.02.01.09.05	Outros Créditos	21.416	27.514
1.02.02	Investimentos	6.291.676	6.167.072
1.02.02.01	Participações Societárias	6.291.676	6.167.072
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.291.676	6.167.072
1.02.03	Imobilizado	141	158
1.02.04	Intangível	182	255

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	7.355.849	7.041.917
2.01	Passivo Circulante	72.961	41.246
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	204
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15	204
2.01.01.02.01	Obrigações Estimadas com Pessoal	15	204
2.01.02	Fornecedores	3.172	1.768
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.489	437
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.489	437
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	16.923	15.529
2.01.04.02	Debêntures	16.923	15.529
2.01.04.02.01	Encargos de Debêntures	16.923	15.529
2.01.05	Outras Obrigações	28.362	23.308
2.01.05.02	Outros	28.362	23.308
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.754	16.360
2.01.05.02.04	Derivativos	279	123
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	8.329	6.825
2.02	Passivo Não Circulante	501.446	506.963
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	450.000	450.000
2.02.01.02	Debêntures	450.000	450.000
2.02.02	Outras Obrigações	40.350	46.297
2.02.02.02	Outros	40.350	46.297
2.02.02.02.03	Derivativos	442	460
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	39.908	45.837
2.02.04	Provisões	11.096	10.666
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.096	10.666
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	11.096	10.666
2.03	Patrimônio Líquido	6.781.442	6.493.708
2.03.01	Capital Social Realizado	4.793.424	4.793.424
2.03.02	Reservas de Capital	16	16
2.03.04	Reservas de Lucros	418.665	904.705
2.03.04.01	Reserva Legal	418.665	418.665
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	486.040
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	760.744	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	808.593	795.563
2.03.06.01	Reserva de Avaliação Patrimonial	808.593	795.563

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1	2	2	2
3.03	Resultado Bruto	1	2	2	2
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	324.812	788.413	391.039	874.660
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.941	-16.140	-6.226	-11.020
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-36.297	-72.593	-36.876	-72.240
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	371.050	877.146	434.141	957.920
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	324.813	788.415	391.041	874.662
3.06	Resultado Financeiro	-15.894	-19.757	-10.534	-12.544
3.06.01	Receitas Financeiras	-2.232	7.024	8.252	22.478
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.662	-26.781	-18.786	-35.022
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	308.919	768.658	380.507	862.118
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.989	-20.949	-25.406	-24.091
3.08.01	Corrente	-14.749	-14.749	-18.806	-18.807
3.08.02	Diferido	-6.240	-6.200	-6.600	-5.284
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	287.930	747.709	355.101	838.027
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	287.930	747.709	355.101	838.027
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	950.059	481.769
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-16.921	-14.713
6.01.01.01	Lucro Líquido Incluindo CSLL e IRPJ	768.655	862.116
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	72.684	72.306
6.01.01.03	Encargos de Dívidas e Atualização Monetária e Cambiais	18.886	8.785
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-877.146	-957.920
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	966.980	496.482
6.01.02.01	Dividendo e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	981.808	500.014
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-762	-2.144
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-13	-393
6.01.02.04	Outros Ativos Operacionais	4.304	-297
6.01.02.05	Fornecedores	1.404	-1.068
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-200	0
6.01.02.07	Outros Tributos e Contribuições Sociais	9.503	9.153
6.01.02.08	Encargos de Dívidas Pagos	-24.451	-19.398
6.01.02.09	Outros Passivos Operacionais	-4.613	10.615
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.573	22.617
6.02.02	Aquisições de Imobilizado	0	-169
6.02.03	Titulos e Valores Mobiliários	22.922	21.239
6.02.05	Venda de Ativo Não Circulante	0	-45
6.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-95
6.02.07	Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	-18.349	1.614
6.02.08	Outros	0	73
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-482.646	-652.540
6.03.01	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures, Líquida de Derivativos	0	-198
6.03.02	Dividendo e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-482.646	-652.342
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	471.986	-148.154
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110.958	219.126
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	582.944	70.972

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	4.793.424	16	904.705	0	795.563	6.493.708
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.793.424	16	904.705	0	795.563	6.493.708
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-486.040	0	0	-486.040
5.04.06	Dividendos	0	0	-486.040	0	0	-486.040
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	760.744	13.030	773.774
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	747.709	0	747.709
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	13.035	13.030	26.065
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	13.035	13.030	26.065
5.07	Saldos Finais	4.793.424	16	418.665	760.744	808.593	6.781.442



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	4.741.175	16	996.768	-234.278	765.667	6.269.348
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.741.175	16	996.768	-234.278	765.667	6.269.348
5.04	Transações de Capital com os Sócios	52.249	0	-655.017	2.977	0	-599.791
5.04.01	Aumentos de Capital	52.249	0	0	0	0	52.249
5.04.06	Dividendos	0	0	-655.017	0	0	-655.017
5.04.08	Dividendo Prescrito	0	0	0	2.977	0	2.977
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	851.108	15.518	866.626
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	838.027	0	838.027
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	13.081	15.518	28.599
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	13.081	15.518	28.599
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	774.429	-774.429	0	0
5.06.04	Dividendo	0	0	774.429	-774.429	0	0
5.07	Saldos Finais	4.793.424	16	1.116.180	-154.622	781.185	6.536.183

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	2	2
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2	2
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.031	-9.061
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.435	-6.619
7.02.04	Outros	-2.596	-2.442
7.03	Valor Adicionado Bruto	-14.029	-9.059
7.04	Retenções	-72.684	-72.306
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-89	-66
7.04.02	Outras	-72.595	-72.240
7.04.02.01	Amortização do Intangível de Concessão	-72.595	-72.240
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-86.713	-81.365
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	893.563	989.515
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	877.146	957.920
7.06.02	Receitas Financeiras	16.417	31.595
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	806.850	908.150
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	806.850	908.150
7.08.01	Pessoal	1.538	1.566
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.538	1.453
7.08.01.02	Benefícios	0	52
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	61
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	30.785	33.495
7.08.02.01	Federais	30.781	33.489
7.08.02.02	Estaduais	4	0
7.08.02.03	Municipais	0	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.818	35.062
7.08.03.01	Juros	26.772	35.015
7.08.03.02	Aluguéis	46	47
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	747.709	838.027
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	747.709	838.027

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	23.478.549	20.056.797
1.01	Ativo Circulante	6.945.606	3.898.190
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.402.947	1.562.897
1.01.02	Aplicações Financeiras	43.744	42.533
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	43.744	42.533
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	43.744	42.533
1.01.03	Contas a Receber	1.798.570	1.816.073
1.01.03.01	Clientes	1.798.570	1.816.073
1.01.04	Estoques	38.231	24.856
1.01.06	Tributos a Recuperar	240.439	193.020
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	240.439	193.020
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	421.675	258.811
1.01.08.03	Outros	421.675	258.811
1.01.08.03.01	Outros Créditos	417.227	253.813
1.01.08.03.02	Derivativos	92	244
1.01.08.03.03	Arrendamentos	4.356	4.754
1.02	Ativo Não Circulante	16.532.943	16.158.607
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.002.967	3.787.268
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	55.350	72.823
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	55.350	72.823
1.02.01.03	Contas a Receber	188.291	195.738
1.02.01.03.01	Clientes	188.291	195.738
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.096.158	1.183.460
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.663.168	2.335.247
1.02.01.09.03	Derivativos	27	82
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.042.062	890.685
1.02.01.09.05	Tributos a Compensar	159.592	138.966
1.02.01.09.06	Arrendamentos	25.300	26.315
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	1.091.624	934.646
1.02.01.09.08	Entidade de Previdência Privada	5.800	5.800
1.02.01.09.09	Investimentos ao Custo	116.654	116.654
1.02.01.09.10	Outros Créditos	222.109	222.099
1.02.03	Imobilizado	5.965.171	5.786.465
1.02.04	Intangível	6.564.805	6.584.874

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	23.478.549	20.056.797
2.01	Passivo Circulante	5.049.523	4.428.322
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	120.728	58.688
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	120.728	58.688
2.01.01.02.01	Obrigações Estimadas com Pessoal	120.728	58.688
2.01.02	Fornecedores	1.093.951	1.047.385
2.01.03	Obrigações Fiscais	505.474	455.248
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.563.886	2.247.407
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.024.951	619.383
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	616.259	615.201
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	408.692	4.182
2.01.04.02	Debêntures	1.538.935	1.628.024
2.01.04.02.01	Debêntures	1.385.227	1.509.958
2.01.04.02.02	Encargos de Debêntures	153.708	118.066
2.01.05	Outras Obrigações	765.484	619.594
2.01.05.02	Outros	765.484	619.594
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	23.442	23.813
2.01.05.02.04	Derivativos	53.581	3.982
2.01.05.02.05	Entidade de Previdência Privada	37.762	40.103
2.01.05.02.06	Taxas Regulamentares	139.745	123.541
2.01.05.02.07	Uso do Bem Público	27.610	17.287
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	483.344	410.868
2.02	Passivo Não Circulante	11.382.942	8.878.819
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.768.010	7.159.312
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.893.547	4.946.998
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.857.125	4.481.421
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	36.422	465.577
2.02.01.02	Debêntures	4.874.463	2.212.314
2.02.02	Outras Obrigações	1.025.618	1.150.475
2.02.02.02	Outros	1.025.618	1.150.475
2.02.02.02.03	Derivativos	442	7.883
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	493.030	570.877
2.02.02.02.05	Impostos, Taxas e Contribuições	838	960
2.02.02.02.06	Uso do Bem Público	436.526	429.632
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	94.782	141.123
2.02.03	Tributos Diferidos	275.104	277.767
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	275.104	277.767
2.02.04	Provisões	314.210	291.265
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	314.210	291.265
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.046.084	6.749.656
2.03.01	Capital Social Realizado	4.793.424	4.793.424
2.03.02	Reservas de Capital	16	16
2.03.03	Reservas de Reavaliação	808.593	795.563
2.03.04	Reservas de Lucros	418.665	904.705
2.03.04.01	Reserva Legal	418.665	418.665
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	486.040

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	760.744	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	264.642	255.948

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.044.857	6.067.641	2.867.559	5.746.284
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.104.884	-3.991.110	-2.018.797	-3.818.004
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.524.451	-2.943.113	-1.509.474	-2.916.782
3.02.02	Custo de Operação	-329.572	-583.369	-255.036	-495.322
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-250.861	-464.628	-254.287	-405.900
3.03	Resultado Bruto	939.973	2.076.531	848.762	1.928.280
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-303.082	-585.485	-204.630	-442.497
3.04.01	Despesas com Vendas	-105.131	-178.202	-79.948	-143.858
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-141.273	-296.094	-70.816	-190.208
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-56.678	-111.189	-53.866	-108.431
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	636.891	1.491.046	644.132	1.485.783
3.06	Resultado Financeiro	-182.050	-313.155	-84.124	-166.131
3.06.01	Receitas Financeiras	125.524	251.438	101.865	202.292
3.06.02	Despesas Financeiras	-307.574	-564.593	-185.989	-368.423
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	454.841	1.177.891	560.008	1.319.652
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-160.758	-417.933	-200.238	-472.019
3.08.01	Corrente	-156.186	-361.268	-176.455	-388.957
3.08.02	Diferido	-4.572	-56.665	-23.783	-83.062
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	294.083	759.958	359.770	847.633
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	294.083	759.958	359.770	847.633
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	287.930	747.709	355.101	838.027
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.153	12.249	4.669	9.606
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.176.307	1.156.412
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.988.411	1.721.473
6.01.01.01	Lucro Líquido Incluindo CSLL e IRPJ	1.177.891	1.319.652
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	388.142	334.245
6.01.01.03	Provisão para Contingencias	19.569	-159.540
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualização Monetária e Cambiais	432.133	255.434
6.01.01.05	Ganho com Plano de Pensão	-44.704	-43.605
6.01.01.06	Perda na Baixa de Não Circulante	846	3.944
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	14.534	11.343
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-812.104	-565.061
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	24.950	-38.447
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-16.924	-27.169
6.01.02.03	Operações de Arrendamento	-2.196	0
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-122.906	-27.462
6.01.02.05	Outros Ativos Operacionais	-119.207	-67.630
6.01.02.06	Fornecedores	46.566	36.202
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuições Sociais Pagos	-326.941	-341.487
6.01.02.08	Outros Tributos e Contribuições Sociais	197	-34.789
6.01.02.09	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-35.485	-37.297
6.01.02.10	Encargos de Dívidas Pagos	-363.467	-243.167
6.01.02.11	Taxas Regulamentares	16.204	46.610
6.01.02.12	Outros Passivos Operacionais	87.105	169.575
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-709.207	-701.912
6.02.02	Aquisições de Imobilizado	-297.286	-281.147
6.02.03	Titulos e Valores Mobiliários	24.580	17.746
6.02.04	Operações de Arrendamento	3.609	0
6.02.05	Adições de Intangível	-440.110	-440.934
6.02.06	Venda de Ativo Não Circulante	0	4.716
6.02.08	Outros	0	-2.293
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.372.951	-564.294
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	3.410.792	800.103
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures, Líquida de Derivativos	-547.541	-715.284
6.03.03	Dividendo e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-490.300	-649.113
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.840.051	-109.794
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.562.897	1.487.243
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.402.948	1.377.449

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.793.424	16	904.705	0	795.563	6.493.708	255.948	6.749.656
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.793.424	16	904.705	0	795.563	6.493.708	255.948	6.749.656
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-486.040	0	0	-486.040	-3.596	-489.636
5.04.06	Dividendos	0	0	-486.040	0	0	-486.040	-3.596	-489.636
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	747.709	26.065	773.774	12.248	786.022
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	747.709	0	747.709	12.248	759.957
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	26.065	26.065	0	26.065
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	39.492	39.492	0	39.492
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-13.427	-13.427	0	-13.427
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	13.035	-13.035	0	42	42
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	19.734	-19.734	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-6.699	6.699	0	0	0
5.06.04	Outras movimentações de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	42	42
5.07	Saldos Finais	4.793.424	16	418.665	760.744	808.593	6.781.442	264.642	7.046.084



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.741.175	16	996.768	-234.278	765.667	6.269.348	267.431	6.536.779
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.741.175	16	996.768	-234.278	765.667	6.269.348	267.431	6.536.779
5.04	Transações de Capital com os Sócios	52.249	0	119.412	-771.452	0	-599.791	-6.181	-605.972
5.04.01	Aumentos de Capital	52.249	0	0	0	0	52.249	0	52.249
5.04.06	Dividendos	0	0	774.429	-774.429	0	0	-6.181	-6.181
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-655.017	0	0	-655.017	0	-655.017
5.04.09	Dividendo Prescrito	0	0	0	2.977	0	2.977	0	2.977
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	838.027	28.599	866.626	7.143	873.769
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	838.027	0	838.027	9.606	847.633
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	28.599	28.599	-2.463	26.136
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	43.348	43.348	-3.733	39.615
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-14.749	-14.749	1.270	-13.479
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	13.081	-13.081	0	-13.020	-13.020
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	19.805	-19.805	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-6.724	6.724	0	0	0
5.06.05	Outras movimentações de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-13.020	-13.020
5.07	Saldos Finais	4.793.424	16	1.116.180	-154.622	781.185	6.536.183	255.373	6.791.556

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	9.168.733	8.921.510
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.561.235	8.067.353
7.01.02	Outras Receitas	464.017	400.937
7.01.02.01	Receitas com Construção da Infraestrutura de Concessão	464.017	403.464
7.01.02.02	Outras	0	-2.527
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	180.899	483.300
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-37.418	-30.080
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.332.669	-4.421.499
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.288.691	-3.260.617
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-886.833	-1.025.890
7.02.04	Outros	-157.145	-134.992
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.836.064	4.500.011
7.04	Retenções	-404.474	-342.968
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-312.448	-250.239
7.04.02	Outras	-92.026	-92.729
7.04.02.01	Amortização do Intangível de Concessão	-92.026	-92.729
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.431.590	4.157.043
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	260.379	214.776
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	260.379	214.776
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.691.969	4.371.819
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.691.969	4.371.819
7.08.01	Pessoal	299.495	238.402
7.08.01.01	Remuneração Direta	200.476	185.333
7.08.01.02	Benefícios	83.052	38.419
7.08.01.03	F.G.T.S.	15.967	14.650
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.039.598	2.868.556
7.08.02.01	Federais	1.592.993	1.510.484
7.08.02.02	Estaduais	1.439.503	1.351.953
7.08.02.03	Municipais	7.102	6.119
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	592.918	417.228
7.08.03.01	Juros	579.735	410.355
7.08.03.02	Aluguéis	13.183	6.873
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	759.958	847.633
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	759.958	847.633

## Comentário do Desempenho

---

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

---

#### Análise de Resultados

#### CPFL Energia (Controladora)

Neste trimestre, o Lucro Líquido foi de R\$ 287.930, sendo -18,9% (R\$ 67.172) inferior ao mesmo trimestre do exercício anterior, devido basicamente aos resultados das participações societárias, conforme abaixo:

	<u>2º Trimestre 2011</u>	<u>2º Trimestre 2010</u>
CPFL Paulista	129.620	183.453
CPFL Piratininga	73.929	61.189
RGE	60.360	62.942
CPFL Santa Cruz	8.746	5.216
CPFL Leste Paulista	3.646	4.910
CPFL Jaguari	3.557	3.114
CPFL Sul Paulista	4.361	4.043
CPFL Mococa	1.610	3.042
CPFL Geração	52.589	59.855
CPFL Brasil	25.332	41.383
CPFL Atende	339	(606)
CPFL Planalto	3.262	2.815
CPFL Serviços	1.173	898
CPFL Jaguariuna	(13)	(54)
CPFL Jaguari Geração	2.245	1.941
Chumpitaz	294	-
<b>Total</b>	<b><u>371.050</u></b>	<b><u>434.141</u></b>

## Comentário do Desempenho

## COMENTÁRIO DE DESEMPENHO CONSOLIDADO

	Consolidado					
	2º Trimestre			1º Semestre		
	2011	2010	Variação	2011	2010	Variação
<b>Receita operacional</b>	<b>4.515.489</b>	<b>4.220.035</b>	<b>7,0%</b>	<b>9.025.253</b>	<b>8.470.817</b>	<b>6,5%</b>
Fornecimento de energia elétrica (*)	3.587.803	3.379.946	6,1%	7.191.479	6.939.015	3,6%
Suprimento de energia elétrica	298.447	267.569	11,5%	574.804	497.507	15,5%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	250.415	253.020	-1,0%	464.017	403.464	15,0%
Outras receitas operacionais (*)	378.823	319.500	18,6%	794.953	630.831	26,0%
Deduções da receita operacional	(1.470.631)	(1.352.476)	8,7%	(2.957.612)	(2.724.533)	8,6%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.044.857</b>	<b>2.867.559</b>	<b>6,2%</b>	<b>6.067.641</b>	<b>5.746.284</b>	<b>5,6%</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(1.524.451)</b>	<b>(1.509.474)</b>	<b>1,0%</b>	<b>(2.943.113)</b>	<b>(2.916.782)</b>	<b>0,9%</b>
Energia comprada para revenda	(1.215.522)	(1.216.936)	-0,1%	(2.330.257)	(2.343.769)	-0,6%
Encargo de uso do sist transm distrib	(308.930)	(292.538)	5,6%	(612.856)	(573.013)	7,0%
<b>Despesa operacional</b>	<b>(883.515)</b>	<b>(713.953)</b>	<b>23,7%</b>	<b>(1.633.482)</b>	<b>(1.343.719)</b>	<b>21,6%</b>
Pessoal	(205.759)	(146.123)	40,8%	(357.799)	(293.358)	22,0%
Entidade de previdência privada	22.352	21.803	2,5%	44.704	43.605	2,5%
Material	(23.325)	(19.257)	21,1%	(41.536)	(36.214)	14,7%
Serviço de terceiros	(136.059)	(110.092)	23,6%	(257.022)	(208.969)	23,0%
Depreciação/amortização	(154.019)	(120.950)	27,3%	(296.115)	(238.069)	24,4%
Amortização de intangível de concessão	(46.013)	(48.041)	-4,2%	(92.026)	(92.729)	-0,8%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(250.415)	(253.020)	-1,0%	(464.017)	(403.464)	15,0%
Outros	(90.276)	(38.273)	135,9%	(169.669)	(114.521)	48,2%
<b>Resultado do serviço</b>	<b>636.891</b>	<b>644.132</b>	<b>-1,1%</b>	<b>1.491.046</b>	<b>1.485.783</b>	<b>0,4%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(182.050)</b>	<b>(84.124)</b>	<b>116,4%</b>	<b>(313.156)</b>	<b>(166.131)</b>	<b>88,5%</b>
Receitas financeiras	125.524	101.865	23,2%	251.438	202.292	24,3%
Despesas financeiras	(307.574)	(185.989)	65,4%	(564.593)	(368.423)	53,2%
Equivalência patrimonial	-	-	0,0%	-	-	0,0%
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>454.841</b>	<b>560.008</b>	<b>-18,8%</b>	<b>1.177.891</b>	<b>1.319.652</b>	<b>-10,7%</b>
Contribuição social	(41.890)	(53.133)	-21,2%	(110.682)	(125.675)	-11,9%
Imposto de renda	(118.868)	(147.105)	-19,2%	(307.251)	(346.344)	-11,3%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>294.083</b>	<b>359.770</b>	<b>-18,3%</b>	<b>759.958</b>	<b>847.633</b>	<b>-10,3%</b>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	287.930	355.101	-18,9%	747.709	838.027	-10,8%
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	6.153	4.669	31,8%	12.248	9.606	27,5%
<b>Ebitda</b>	<b>814.571</b>	<b>791.320</b>	<b>2,9%</b>	<b>1.834.484</b>	<b>1.772.976</b>	<b>3,5%</b>

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (*)					
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>294.083</b>	<b>359.770</b>		<b>759.958</b>	<b>847.633</b>
Entidade de Previdência Privada	(22.352)	(21.803)		(44.704)	(43.605)
Depreciação e Amortização	200.032	168.991		388.142	330.798
Resultado Financeiro	182.050	84.124		313.156	166.131
Contribuição Social	41.890	53.133		110.682	125.675
Imposto de Renda	118.868	147.105		307.251	346.344
<b>EBITDA</b>	<b>814.571</b>	<b>791.320</b>		<b>1.834.484</b>	<b>1.772.976</b>

(\*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 24).

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

## Comentário do Desempenho

### Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 2º trimestre de 2011 foi de R\$ 4.515.489, representando um aumento de 7,0% (R\$ 295.454) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Os principais fatores desta variação foram:

- Aumento de 6,1% (R\$ 207.857) no fornecimento faturado e não faturado de energia elétrica, justificado pelo aumento de 5,9% nas tarifas médias praticadas principalmente em função dos reajustes tarifários e redução na quantidade de energia vendida de 1,1%;
- Aumento de 11,5% (R\$ 30.878) no suprimento de energia, motivado principalmente pelo aumento de 23,6% no preço médio praticado nas vendas e redução de 9,7% na quantidade de energia vendida.
- Aumento de 18,6% (R\$ 59.323) em Outras Receitas Operacionais, com destaque para o aumento de R\$ 62.937 na receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – TUSD, principalmente pela migração de clientes para o mercado livre.

#### ➤ Quantidade de Energia Vendida

No 2º trimestre de 2011, houve uma queda de 1,1% na quantidade de energia vendida a consumidores finais.

As classes residencial, comercial e industrial, que representam 85,1% da quantidade de energia vendida a consumidores finais no trimestre, registraram um crescimento de 2,2%, 3,6% e redução de 6,3% respectivamente, quando comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior. As classes residencial e comercial são favorecidas pelo efeito acumulado da expansão da massa salarial e da concessão de crédito nos últimos anos, o que resultou em uma elevação do estoque de eletrodomésticos nas residências e em um forte dinamismo do comércio varejista. A classe residencial, embora favorecida, sofreu os impactos da queda de temperatura em relação ao mesmo período do ano anterior. A quantidade vendida para a classe industrial apresentou queda em função da migração de diversos clientes para o mercado livre.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado como a cobrança da TUSD, houve um aumento de 2,7% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

#### ➤ Tarifas

No 2º trimestre de 2011, as tarifas de fornecimento de energia praticadas, aumentaram em média 5,9% devido, principalmente, aos seguintes reajustes tarifários das distribuidoras:

- CPFL Paulista: 7,23% a partir de abril de 2011;
- RGE: 6,74% a partir de junho de 2011;
- CPFL Santa Cruz: 15,38%, CPFL Jaguari: 6,62%, CPFL Mococa: 9,77%, CPFL Leste Paulista: 16,44% e CPFL Sul Paulista: 7,11% todas a partir de fevereiro de 2011;
- CPFL Piratininga: 5,66% a partir de outubro de 2010.

### Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 2º trimestre de 2011 foram de R\$ 1.470.631, apresentando um aumento de 8,7% (R\$ 118.155) em relação ao mesmo trimestre de 2010, o qual

## Comentário do Desempenho

se refere principalmente ao aumento de 5,8% (R\$ 59.785) do ICMS, Pis/Cofins em decorrência do fornecimento faturado e aumento de 20,7% (R\$ 53.516) nos encargos de CCC e CDE.

### Custo com Energia Elétrica

O Custo com Energia Elétrica neste trimestre totalizou R\$ 1.524.451 representando um aumento de 1,0% (R\$ 14.977) em relação ao mesmo período do ano anterior.

#### ➤ Energia Elétrica Comprada para Revenda

O saldo de energia elétrica comprada para revenda foi de R\$ 1.215.522, representando uma redução de 0,1% R\$ 1.414, justificado pela redução de 2,4% na quantidade de energia comprada, compensado parcialmente pelo aumento do reajuste de tarifa de 2,3%. Note que a redução na quantidade se dá principalmente em função da entrada em operação dos projetos de Fóz do Chápeco e Bioenergia

#### ➤ Encargos do Uso do Sistema de Distribuição

Aumento de 5,6% (R\$ 16.392) nos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição devido principalmente aos Encargos de Conexão e Encargos de Serviço do Sistema (ESS), também em função da entrada em produção de Fóz do Chápeco e Epasa.

### Custos e Despesas Operacionais

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão, os Custos e Despesas Operacionais neste trimestre foram de R\$ 633.100, um aumento de 37,6% (R\$ 172.167) quando comparado com o mesmo período do trimestre anterior. Esta variação deve-se principalmente à:

- Aumento de 40,8% (R\$ 59.636) em Pessoal, em função do programa de aposentadoria incentivada (R\$ 47.528) e aos efeitos do Acordo Coletivo;
- Aumento de 23,6% (R\$ 25.967) em Serviços de Terceiros, em função de: (i) gastos com inventário físico de ativos, em atendimento à Resolução Aneel nº 367/09 (R\$ 11.339); (ii) despesa com call center, principalmente das controladas CPFL Paulista (R\$ 2.416) e CPFL Piratininga (R\$ 774); (iii) entrada em operação das usinas Foz do Chapecó, Bioenergia e Epasa (R\$ 1.828);
- Aumento de 27,3% (R\$ 33.069) em Depreciações e Amortizações, devido basicamente ao início da entrada em operação de Foz do Chapecó (R\$ 21.342) e Epasa (R\$ 4.236).
- Aumento de 135,9% (R\$ 52.003) em Outras Despesas, principalmente em decorrência da variação das despesas legais e judiciais (R\$ 52.079) motivada principalmente pela Reversão de Provisões em 2010 relacionadas a discussão envolvendo a Majoração do PIS/COFINS (R\$ 39.502) da controlada CPFL Paulista e da provisão no trimestre da contingência de ISS da controlada em conjunto Enercan (R\$ 9.626).

## Comentário do Desempenho

### Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 182.050, comparada com R\$ 84.124 no mesmo período de 2010, representado um aumento na despesa de 116,4% (R\$ 97.926).

➤ **Aumento na receita financeira em R\$ 23.659 (23,2%), principalmente:**

- Aumento nos rendimentos de aplicações financeiras (R\$ 14.084), consequência do maior volume dos saldos aplicados no 2º trimestre de 2011 e aumento do CDI, e acréscimos de multas moratórias (R\$ 7.387).

➤ **Aumento na despesa financeira em R\$ 121.585 (65,4%), principalmente:**

- Aumento de R\$ 61.798 (33,8%) em encargos de dívida em função da variação dos indexadores da dívida, em especial o CDI (25,9%) e do maior endividamento, neste trimestre, quando comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior. Aumento de R\$ 25.983 no Uso do Bem Público, devido basicamente a entrada em operação da usina Foz do Chápeco (R\$ 20.363).
- Redução dos Juros Capitalizados de R\$ 32.547, devido à entrada em operação de Foz do Chapecó a partir de outubro de 2010 e Epsa a partir de dezembro 2010.

### Contribuição Social e Imposto de Renda

Os tributos sobre o resultado no 2º trimestre de 2011, de R\$ 160.758, apresentaram uma redução de 19,7% (R\$ 39.480) em relação do mesmo trimestre de 2010, a qual reflete basicamente a redução no Lucro Antes dos Tributos (18,8%).

### Lucro Líquido e EBITDA

Em função dos fatores expostos acima, o lucro líquido apurado neste trimestre, foi de R\$ 294.083, sendo 18,3% (R\$ 65.687) menor que o mesmo período de 2010.

O EBITDA ajustado (Lucro líquido do trimestre excluindo os efeitos de entidade de previdência privada, depreciação, amortização, resultado financeiro, equivalência patrimonial, contribuição social e imposto de renda) para o 2º trimestre de 2011 foi de R\$ 814.571, sendo 2,9% (R\$ 23.251) maior que o EBITDA apurado no mesmo período de 2010.

## Comentário do Desempenho

---

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DAS CONTROLADAS/COLIGADAS

---

#### **Controlada/Coligada: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL**

A controlada Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 30 de junho de 2011, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

#### **Controlada/Coligada: CPFL Geração de Energia S.A.**

A controlada CPFL Geração de Energia S/A é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 30 de junho de 2011, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

#### **Controlada/Coligada: Companhia Piratininga de Força e Luz**

A controlada Companhia Piratininga de Força e Luz é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 30 de junho de 2011, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

#### **Controlada/Coligada: Rio Grande Energia S.A.**

A controlada Rio Grande Energia S/A é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 30 de junho de 2011, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.



## **Comentário do Desempenho**

## Notas Explicativas



**CPFL Energia S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010**  
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	582.944	110.958	4.402.948	1.562.897
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6)	-	-	1.798.570	1.816.073
Dividendo e juros sobre o capital próprio (nota 12)	121.617	412.648	-	-
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	43.744	42.533	43.744	42.533
Tributos a compensar (nota 8)	51.345	34.992	240.439	193.020
Derivativos (nota 32)	-	-	92	244
Estoques	-	-	38.231	24.856
Arrendamentos	-	-	4.356	4.754
Outros créditos (nota 11)	2.300	505	417.227	253.812
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>801.950</b>	<b>601.635</b>	<b>6.945.607</b>	<b>3.898.190</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6)	-	-	188.291	195.738
Coligadas, controladas e controladora	32.866	14.875	-	-
Depósitos judiciais (nota 21)	11.119	10.676	1.042.062	890.685
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	22.180	39.216	55.350	72.823
Tributos a compensar (nota 8)	2.787	2.787	159.591	138.966
Derivativos (nota 32)	-	-	27	82
Créditos fiscais diferidos (nota 9)	171.532	177.729	1.096.158	1.183.460
Arrendamentos	-	-	25.300	26.315
Ativo financeiro da concessão (nota 10)	-	-	1.091.624	934.646
Entidade de previdência privada (nota 18)	-	-	5.800	5.800
Investimentos ao custo	-	-	116.654	116.654
Outros créditos (nota 11)	21.415	27.514	222.109	222.100
Investimentos (nota 12)	6.291.676	6.167.072	-	-
Imobilizado (nota 13)	141	158	5.965.171	5.786.465
Intangível (nota 14)	182	255	6.564.805	6.584.874
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.553.899</b>	<b>6.440.282</b>	<b>16.532.943</b>	<b>16.158.607</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>7.355.849</b>	<b>7.041.917</b>	<b>23.478.549</b>	<b>20.056.797</b>

## Notas Explicativas



CPFL Energia S.A.  
Balanças patrimoniais em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010  
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores (nota 15)	3.172	1.768	1.093.951	1.047.385
Encargos de dívidas (nota 16)	-	-	48.947	40.516
Encargos de debêntures (nota 17)	16.923	15.529	153.708	118.066
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	-	976.004	578.867
Debêntures (nota 17)	-	-	1.385.227	1.509.958
Entidade de previdência privada (nota 18)	-	-	37.762	40.103
Taxas regulamentares (nota 19)	-	-	139.745	123.541
Impostos, taxas e contribuições (nota 20)	24.489	437	505.473	455.248
Dividendo e juros sobre capital próprio (nota 24)	19.754	16.360	23.442	23.813
Obrigações estimadas com pessoal	15	204	120.728	58.688
Derivativos (nota 32)	279	123	53.581	3.982
Uso do bem público (nota 22)	-	-	27.610	17.287
Outras contas a pagar (nota 23)	8.329	6.824	483.344	410.869
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>72.961</b>	<b>41.246</b>	<b>5.049.523</b>	<b>4.428.323</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Encargos de dívidas (nota 16)	-	-	56.495	29.155
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	-	4.837.052	4.917.843
Debêntures (nota 17)	450.000	450.000	4.874.463	2.212.314
Entidade de previdência privada (nota 18)	-	-	493.030	570.877
Impostos, taxas e contribuições (nota 20)	-	-	838	960
Débitos fiscais diferidos (nota 9)	-	-	275.104	277.767
Provisões para contingências (nota 21)	11.095	10.666	314.210	291.265
Derivativos (nota 32)	442	460	442	7.883
Uso do bem público (nota 22)	-	-	436.526	429.632
Outras contas a pagar (nota 23)	39.908	45.837	94.782	141.124
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>501.446</b>	<b>506.964</b>	<b>11.382.942</b>	<b>8.878.819</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 24)</b>				
Capital social	4.793.424	4.793.424	4.793.424	4.793.424
Reservas de capital	16	16	16	16
Reservas de lucros	418.665	418.665	418.665	418.665
Dividendo adicional proposto	-	486.040	-	486.040
Reserva de avaliação patrimonial	808.593	795.563	808.593	795.563
Lucros acumulados	760.744	-	760.744	-
	6.781.442	6.493.708	6.781.442	6.493.708
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	264.642	255.948
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>6.781.442</b>	<b>6.493.708</b>	<b>7.046.084</b>	<b>6.749.656</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>7.355.849</b>	<b>7.041.917</b>	<b>23.478.549</b>	<b>20.056.797</b>

## Notas Explicativas



CPFL Energia S.A.  
Demonstrações dos Resultados para os períodos findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010  
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Controladora				Consolidado			
	2011		2010		2011		2010	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 26)	1	2	2	2	3.044.857	6.067.641	2.867.559	5.746.284
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>								
Custo com energia elétrica (nota 27)	-	-	-	-	(1.524.451)	(2.943.113)	(1.509.474)	(2.916.782)
Custo de operação	-	-	-	-	(329.572)	(583.369)	(255.036)	(495.322)
Custo do serviço prestado a terceiros	-	-	-	-	(250.861)	(464.628)	(254.287)	(405.900)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>939.972</b>	<b>2.076.531</b>	<b>848.762</b>	<b>1.928.280</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS (nota 28)</b>								
Despesas com vendas	-	-	-	-	(105.131)	(178.202)	(79.948)	(143.858)
Despesas gerais e administrativas	(9.942)	(16.140)	(6.226)	(11.022)	(141.273)	(296.094)	(70.816)	(190.208)
Outras despesas operacionais	(36.297)	(72.595)	(36.878)	(72.240)	(56.678)	(111.189)	(53.866)	(108.431)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>(46.238)</b>	<b>(88.733)</b>	<b>(43.102)</b>	<b>(83.260)</b>	<b>636.890</b>	<b>1.491.046</b>	<b>644.132</b>	<b>1.485.783</b>
Resultado de participações societárias	371.050	877.146	434.141	957.920	-	-	-	-
<b>RESULTADO FINANCEIRO (nota 29)</b>								
Receitas financeiras	(2.232)	7.024	8.252	22.478	125.524	251.438	101.865	202.292
Despesas financeiras	(13.662)	(26.781)	(18.786)	(35.022)	(307.574)	(564.593)	(185.989)	(368.423)
	<b>(15.894)</b>	<b>(19.757)</b>	<b>(10.534)</b>	<b>(12.544)</b>	<b>(182.050)</b>	<b>(313.156)</b>	<b>(84.124)</b>	<b>(166.131)</b>
<b>LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>308.918</b>	<b>768.655</b>	<b>380.505</b>	<b>862.116</b>	<b>454.841</b>	<b>1.177.891</b>	<b>560.008</b>	<b>1.319.652</b>
Contribuição social (nota 9)	(4.533)	(4.533)	(5.856)	(5.520)	(41.890)	(110.682)	(53.133)	(125.675)
Imposto de renda (nota 9)	(16.455)	(16.413)	(19.540)	(18.569)	(118.868)	(307.251)	(147.105)	(346.344)
	<b>(20.988)</b>	<b>(20.946)</b>	<b>(25.404)</b>	<b>(24.089)</b>	<b>(160.758)</b>	<b>(417.933)</b>	<b>(200.238)</b>	<b>(472.019)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>287.930</b>	<b>747.709</b>	<b>355.101</b>	<b>838.027</b>	<b>294.083</b>	<b>759.958</b>	<b>359.770</b>	<b>847.633</b>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores					287.930	747.709	355.101	838.027
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores					6.153	12.249	4.669	9.606
Lucro por ação		0,78		0,87				

## Notas Explicativas



CPFL Energia S.A.  
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010  
( Em milhares de Reais )

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Dividendo	Reserva de avaliação patrimonial		Lucros Acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
					Custo Atribuído	Instrumentos Financeiros				
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>4.793.424</b>	<b>16</b>	<b>418.665</b>	<b>486.040</b>	<b>609.732</b>	<b>185.831</b>	-	<b>6.493.708</b>	<b>255.948</b>	<b>6.749.656</b>
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	747.709	747.709	12.248	759.957
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	(486.040)	-	-	-	(486.040)	(3.596)	(489.636)
Movimentação do Resultado Abrangente Acumulado:										
- Ganho no ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	-	39.492	-	39.492	-	39.492
- Efeitos fiscais sobre ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	-	(13.427)	-	(13.427)	-	(13.427)
- Realização do ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	-	(30)	30	-	-	-
- Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(19.704)	-	19.704	-	-	-
- Efeito fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	6.699	-	(6.699)	-	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	42	42
<b>Saldos em 30 de Junho de 2011</b>	<b>4.793.424</b>	<b>16</b>	<b>418.665</b>	<b>-</b>	<b>596.727</b>	<b>211.866</b>	<b>760.744</b>	<b>6.781.442</b>	<b>264.642</b>	<b>7.046.084</b>

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Dividendo	Reserva de avaliação patrimonial		(Prejuízos) Acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
					Custo Atribuído	Instrumentos Financeiros				
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>4.741.175</b>	<b>16</b>	<b>341.751</b>	<b>655.017</b>	<b>635.871</b>	<b>129.796</b>	<b>(234.278)</b>	<b>6.269.348</b>	<b>267.431</b>	<b>6.536.779</b>
Aumento de Capital	52.249	-	-	-	-	-	-	52.249	-	52.249
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	838.027	838.027	9.606	847.633
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	2.977	2.977	-	2.977
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	(655.017)	-	-	-	(655.017)	-	(655.017)
Movimentação do Resultado Abrangente Acumulado:										
- Ganho no ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	-	43.379	-	43.379	(3.733)	39.646
- Efeitos fiscais sobre ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	-	(14.749)	-	(14.749)	1.270	(13.479)
- Realização do ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	-	(69)	38	(31)	-	(31)
- Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(19.767)	-	19.767	-	-	-
- Efeito fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	6.724	-	(6.724)	-	-	-
Destinação do Lucro:										
- Dividendo Intermediário	-	-	-	774.429	-	-	(774.429)	-	(6.181)	(6.181)
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.020)	(13.020)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2010</b>	<b>4.793.424</b>	<b>16</b>	<b>341.751</b>	<b>774.429</b>	<b>622.828</b>	<b>158.357</b>	<b>(154.622)</b>	<b>6.536.183</b>	<b>255.373</b>	<b>6.791.556</b>

## Notas Explicativas



**CPFL Energia S/A**  
**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
**Para os Períodos findos em 30 de Junho 2011 e de 2010**  
**(em milhares de reais)**

	Controladora				Consolidado			
	2011		2010		2011		2010	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>								
Lucro Líquido Incluindo CSLL e IRPJ	308.918	768.655	380.505	862.116	454.841	1.177.891	560.008	1.319.652
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
Participação de Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e Amortização	36.342	72.684	36.914	72.306	199.971	388.142	168.136	334.245
Provisão para Contingências	-	-	-	-	12.025	19.569	(168.692)	(159.540)
Encargos de Dívida e Atualizações Monetárias e Cambiais	9.607	18.886	4.286	8.785	249.480	432.133	128.282	255.434
Ganho com Plano de Pensão	-	-	-	-	(23.125)	(44.704)	(21.806)	(43.605)
Equivalência Patrimonial	(371.050)	(877.146)	(434.141)	(957.920)	-	-	-	-
Perda na Baixa de não circulante	-	-	-	-	846	846	2.522	3.944
PIS e COFINS Diferidos	-	-	-	-	1.693	14.534	(3.734)	11.343
<b>REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>								
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	-	-	62.053	24.950	(8.079)	(38.447)
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	981.808	981.808	493.015	500.014	-	-	-	-
Tributos a Compensar	(612)	(762)	(1.691)	(2.144)	(4.794)	(16.924)	(45.565)	(27.169)
Operações de Arrendamento	-	-	-	-	(1.133)	(2.196)	-	-
Depósitos Judiciais	-	(113)	(393)	(393)	(90.342)	(122.906)	(2.722)	(27.462)
Outros Ativos Operacionais	2.575	4.304	(372)	(297)	(6.715)	(119.207)	(42.836)	(67.630)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>								
Fornecedores	1.015	1.404	(1.075)	(1.068)	(6.669)	46.566	72.922	36.202
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(200)	(200)	-	-	(118.967)	(326.941)	(155.158)	(341.487)
Outros Tributos e Contribuições Sociais	9.559	9.503	9.077	9.153	(75.213)	197	(50.840)	(34.789)
Diferimento de Ganhos Tarifários	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-	-	-	-	(14.611)	(35.485)	(15.783)	(37.297)
Encargos de Dívidas Pagos	-	(24.451)	-	(19.398)	(224.474)	(363.467)	(90.915)	(243.167)
Taxas Regulamentares	-	-	-	-	11.033	16.204	9.719	46.610
Outros Contas a Pagar - Passivos Regulatórios	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos Operacionais	(2.885)	(4.613)	5.667	10.615	31.654	87.105	147.539	169.575
<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>975.077</b>	<b>950.059</b>	<b>491.792</b>	<b>481.769</b>	<b>457.553</b>	<b>1.176.307</b>	<b>482.998</b>	<b>1.156.412</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>								
Aumento de capital em investimento já existente	-	-	-	-	-	-	(117)	(117)
Aquisições de Imobilizado	-	-	(45)	(169)	(105.929)	(297.286)	(163.006)	(281.147)
Titulos e Valores Mobiliários	11.909	22.922	11.179	21.239	11.116	24.580	14.555	17.746
Operações de Arrendamento	-	-	-	-	1.862	3.609	-	-
Adições de Intangível	-	-	-	-	(219.186)	(440.110)	(265.546)	(440.934)
Venda de Ativo não circulante	-	-	-	(45)	-	-	1.848	4.716
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	(95)	(95)	-	-	-	-
Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	(2.422)	(18.349)	2.413	1.614	-	-	-	-
Outros	-	-	72	73	-	-	(5.121)	(2.176)
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>9.487</b>	<b>4.573</b>	<b>13.524</b>	<b>22.617</b>	<b>(312.137)</b>	<b>(709.207)</b>	<b>(417.387)</b>	<b>(701.912)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>								
Captação de Empréstimos e Debêntures	-	-	-	-	3.029.960	3.410.792	640.542	800.103
Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures, líquida de derivativos	-	-	-	(198)	(249.351)	(547.541)	(372.886)	(715.284)
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(482.624)	(482.646)	(652.302)	(652.342)	(490.278)	(490.300)	(646.113)	(649.113)
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(482.624)</b>	<b>(482.646)</b>	<b>(652.302)</b>	<b>(652.540)</b>	<b>2.290.331</b>	<b>2.372.951</b>	<b>(378.457)</b>	<b>(564.294)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>501.940</b>	<b>471.986</b>	<b>(146.986)</b>	<b>(148.154)</b>	<b>2.435.747</b>	<b>2.840.051</b>	<b>(312.846)</b>	<b>(109.794)</b>
<b>SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>81.004</b>	<b>110.958</b>	<b>217.958</b>	<b>219.126</b>	<b>1.967.201</b>	<b>1.562.897</b>	<b>1.690.295</b>	<b>1.487.243</b>
<b>SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>582.944</b>	<b>582.944</b>	<b>70.972</b>	<b>70.972</b>	<b>4.402.948</b>	<b>4.402.948</b>	<b>1.377.449</b>	<b>1.377.449</b>
<b>INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES</b>								
Incorporação de acionistas não controladores com emissão de ações	-	-	52.549	-	-	-	50.549	-

## Notas Explicativas



CPFL Energia S.A.  
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010  
(em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	2011		2010		2011		2010	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>1 - Receita</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4.563.879</b>	<b>9.168.733</b>	<b>4.515.959</b>	<b>8.921.510</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1	2	2	2	4.262.659	8.561.235	3.967.015	8.067.353
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	-	-	-	-	71.855	180.899	314.232	483.300
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	-	-	250.415	464.017	253.020	403.464
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(21.051)	(37.418)	(18.308)	(30.080)
1.5 Provisão para perdas na realização de ativos regulatórios	-	-	-	-	-	-	-	(2.527)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(9.074)</b>	<b>(14.031)</b>	<b>(5.188)</b>	<b>(9.061)</b>	<b>(2.234.829)</b>	<b>(4.332.669)</b>	<b>(2.364.427)</b>	<b>(4.421.499)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	-	-	(1.697.347)	(3.288.691)	(1.678.781)	(3.260.617)
2.2 Material	(15)	(32)	(24)	(39)	(194.617)	(375.895)	(371.952)	(538.820)
2.3 Serviços de terceiros	(7.848)	(11.403)	(3.778)	(6.580)	(260.894)	(510.937)	(262.903)	(487.070)
2.4 Outros	(1.212)	(2.596)	(1.386)	(2.442)	(81.971)	(157.145)	(50.791)	(134.992)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>(9.073)</b>	<b>(14.029)</b>	<b>(5.186)</b>	<b>(9.059)</b>	<b>2.329.050</b>	<b>4.836.064</b>	<b>2.151.532</b>	<b>4.500.011</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(36.342)</b>	<b>(72.684)</b>	<b>(36.914)</b>	<b>(72.306)</b>	<b>(208.359)</b>	<b>(404.474)</b>	<b>(174.575)</b>	<b>(342.968)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(45)	(89)	(36)	(66)	(162.345)	(312.447)	(126.534)	(250.239)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(36.297)	(72.595)	(36.878)	(72.240)	(46.013)	(92.026)	(48.041)	(92.729)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>(45.415)</b>	<b>(86.713)</b>	<b>(42.100)</b>	<b>(81.365)</b>	<b>2.120.691</b>	<b>4.431.591</b>	<b>1.976.957</b>	<b>4.157.043</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>378.213</b>	<b>893.563</b>	<b>451.510</b>	<b>989.515</b>	<b>134.258</b>	<b>260.379</b>	<b>112.846</b>	<b>214.776</b>
6.1 Receitas financeiras	7.162	16.418	17.369	31.595	134.258	260.379	112.846	214.776
6.2 Equivalência patrimonial	371.050	877.146	434.141	957.920	-	-	-	-
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>332.797</b>	<b>806.850</b>	<b>409.410</b>	<b>908.150</b>	<b>2.254.949</b>	<b>4.691.970</b>	<b>2.089.803</b>	<b>4.371.819</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>	<b>332.797</b>	<b>806.850</b>	<b>409.410</b>	<b>908.150</b>	<b>2.254.950</b>	<b>4.691.971</b>	<b>2.089.803</b>	<b>4.371.819</b>
8.1 Pessoal	673	1.538	834	1.566	177.306	299.497	120.815	238.402
8.1.1 Remuneração direta	684	1.538	770	1.453	98.752	200.478	95.565	185.333
8.1.2 Benefícios	(10)	-	33	52	70.634	83.052	17.665	38.419
8.1.3 F.G.T.S	-	-	31	61	7.920	15.967	7.585	14.650
8.2 Impostos, taxas e contribuições	30.511	30.785	34.673	33.495	1.466.257	3.039.598	1.391.736	2.868.556
8.2.1 Federais	30.511	30.782	34.667	33.489	753.726	1.592.993	719.595	1.510.484
8.2.2 Estaduais	-	4	-	-	711.027	1.439.503	671.045	1.351.953
8.2.3 Municipais	-	-	6	6	1.505	7.102	1.096	6.119
8.3 Remuneração de capital de terceiros	13.684	26.818	18.802	35.062	317.303	592.918	217.482	417.228
8.3.1 Juros	13.654	26.772	18.779	35.015	310.372	579.735	213.580	410.355
8.3.2 Aluguéis	29	46	23	47	6.931	13.183	3.902	6.873
8.4 Remuneração de capitais próprios	287.930	747.709	355.101	838.027	294.083	759.958	359.770	847.633
8.4.1 Lucros retidos	287.930	747.709	355.101	838.027	294.083	759.958	359.770	847.633

## Notas Explicativas

### CPFL ENERGIA S.A.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### ( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar - Cj 2 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - Brasil.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas operacionais (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são examinados pelos auditores independentes):

Distribuição de Energia	Tipo de Sociedade	Participação Societária	Localização (Estado)	Nº de municípios	consumidores aproximados (em milhares)	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de S. Paulo	234	3.704	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de S. Paulo	27	1.458	30 anos	Outubro de 2028
Rio Grande Energia S.A. (“RGE”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior do Rio Grande do Sul	262	1.293	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Luz e Força Santa Cruz (“CPFL Santa Cruz”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo e Paraná	27	183	16 anos	Julho de 2015
Companhia Leste Paulista de Energia (“CPFL Leste Paulista”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	7	52	16 anos	Julho de 2015
Companhia Jaguarí de Energia (“CPFL Jaguarí”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	2	33	16 anos	Julho de 2015
Companhia Sul Paulista de Energia (“CPFL Sul Paulista”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	5	73	16 anos	Julho de 2015
Companhia Luz e Força de Mococa (“CPFL Mococa”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo e Minas Gerais	4	41	16 anos	Julho de 2015

Geração de energia - em operação	Tipo de Sociedade	Participação Societária	Localização (Estado)	Nº usinas / tipo de energia	Potência instalada	
					Total	Participação CPFL
CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	São Paulo, Goiás e Minas Gerais	1 Hidrelétrica, 20 PCHs e 1 térmica*	812 MW	812 MW
Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 Hidrelétrica	855 MW	436 MW
Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 48,72%	Santa Catarina	1 Hidrelétrica	880 MW	429 MW
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 65%	Rio Grande do Sul	3 Hidrelétricas	360 MW	234 MW
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 25,01%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 Hidrelétrica	690 MW	173 MW
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51%	Paraíba	2 Térmicas	342 MW	174 MW
Paulista Lajeado Energia S.A. (“Paulista Lajeado”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 59,93%**	São Paulo	1 Hidrelétrica	903 MW	63 MW
CPFL Bioenergia S.A. (“CPFL Bioenergia”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	45 MW	45 MW
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. (“CPFL Sul Centrais Elétricas”)	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Sul	4 PCHs (RS)	2,65 MW	2,65 MW

(\*) PCH - Pequena Central Hidrelétrica

(\*\*) A Paulista Lajeado possui 7% de participação na potência instalada Investco S.A.



## Notas Explicativas

Geração de energia - em desenvolvimento	Tipo de Sociedade	Participação Societária	Localização	Nº usinas / tipo de energia	Data prevista para início das operações	Potência Instalada prevista
CPFL Bio Formosa S.A. ("CPFL Bio Formosa")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Térmica (Biomassa)	2011	40 MW
CPFL Bio Burity S.A. ("CPFL Bio Burity")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2011	50 MW
CPFL Bio Ipê S.A. ("CPFL Bio Ipê")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2011	25 MW
CPFL Bio Pedra S.A. ("CPFL Bio Pedra")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2012	70 MW
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara IV")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos I")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos II")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos III")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos IV")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos V")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Eurus V Energias Renováveis S.A. ("Eurus V")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW

Comercialização de Energia e Serviços	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação Societária
CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia, consultoria e assessoramento a agentes no setor de energia	Direta 100%
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Meridional")	Sociedade Limitada	Comercialização e prestação de serviços de energia	Indireta 100%
CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Indireta 100%
CPFL Planalto Ltda. ("CPFL Planalto")	Sociedade Limitada	Comercialização de energia	Direta 100%
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços")	Sociedade por ações de capital fechado	Fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos eletro-mecânicos e prestação de serviços	Direta 100%
Chumpitaz Serviços S.A. ("Chumpitaz")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços administrativos	Direta 100%
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda. ("CPFL Atende")	Sociedade Limitada	Prestação de serviços de tele-atendimento	Direta 100%

## Notas Explicativas

Outras	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação Societária
CPFL Jaguariuna S.A. ("CPFL Jaguariuna")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Direta 100%
Companhia Jaguari de Geração de Energia ("Jaguari Geração")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Direta 100%
Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Indireta 51%
CPFL Bio Anicuns S.A. ("Anicuns")	Sociedade por ações de capital fechado	Estudos e projetos para geração de energia	Indireta 100%
CPFL Bio Itapaci S.A. ("Itapaci")	Sociedade por ações de capital fechado	Estudos e projetos para geração de energia	Indireta 100%
Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Indireta 99,95%

As reestruturações societárias relacionadas à associação com a ERSa estão descritas na nota 34.2.

## ( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

### 2.1 Base de preparação

As informações trimestrais ("ITR's") individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 – Demonstrações Intermediárias.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*, exceto pela avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto que estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que pelo IFRS deveriam ser registradas pelo método do custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas em completa conformidade com as normas IFRS e estão sendo apresentadas de acordo com o IAS 34 "*Interim Financial Reporting*".

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas Informações Trimestrais estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010 e devem ser analisadas em conjunto.

### 2.2 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrado nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo, iv) ativo imobilizado ajustado para refletir o "custo atribuído" na data de transição, e v) ativo atuarial que possui seu reconhecimento limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

## Notas Explicativas

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do exercício financeiro são:

- Nota 09 – Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 14 – Intangível;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada;
- Nota 21 – Provisão para contingências, e
- Nota 32 – Instrumentos financeiros e riscos operacionais.

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações trimestrais individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

### 2.5 Base de consolidação

#### (i) Combinações de negócios

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultado do período.

#### (ii) Controladas e controladas em conjunto:

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (*joint venture*) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle (total ou compartilhado), se inicia até a data em que deixa de existir.

Operações controladas em conjunto são operações onde as atividades do empreendimento, direta ou indiretamente, são controladas em conjunto com outros investidores, por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

## Notas Explicativas

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas integrais e proporcionalmente para as controladas em conjunto.

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está evidenciada no patrimônio líquido e destacada após a demonstração do resultado em cada período apresentado.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transações entre acionistas. Conseqüentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

### 2.6 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em: (i) atividades de distribuição de energia elétrica (“Distribuição”); (ii) atividades de geração de energia elétrica (“Geração”); (iii) atividades de comercialização de energia e prestação de serviços (“Comercialização”); e (iv) outros, basicamente correspondendo a serviços corporativos e outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

Estão incluídos na apresentação dos segmentos operacionais, itens diretamente a eles atribuíveis, bem como eventuais alocações necessárias, incluindo ativos intangíveis.

### 2.7 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e controladas em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas controladas em conjunto ENERCAN, BAESA, Foz do Chapecó e EPASA que são consolidadas proporcionalmente, e (ii) o investimento registrado ao custo pela controlada Paulista Lajeado na Investco, as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 30 de junho de 2011, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN e Paulista Lajeado.

### 2.8 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais.

## Notas Explicativas

### ( 3 )SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas informações trimestrais individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados.

#### 3.1 Contratos de Concessão

O ICPC 01 – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura das concessionárias de distribuição é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e nas normas IFRSs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado pelo seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos estabelecida pelo órgão regulador. O ativo financeiro enquadra-se na categoria de disponível para venda e é atualizado de acordo com a atualização de seu valor justo, tendo como contrapartida a conta de Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como as controladas gerenciam as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do período nos mesmos montantes.

#### 3.2 Instrumentos financeiros

##### - Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

## Notas Explicativas

- i. Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam estes ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do período.

Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas têm classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 5), (ii) títulos e valores mobiliários (nota 7) e (iii) derivativos (nota 32).

- ii. Mantidos até o vencimento: são ativos para os quais a Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia classificou nesta categoria o título recebível com a CESP (nota 7).

- iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6) e, (ii) outros créditos (nota 11).

- iv. Disponíveis para venda: são ativos não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não se classifiquem em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração de resultado como parte da receita operacional líquida, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas na Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O resultado acumulado em reserva de avaliação patrimonial é transferido para o resultado do período no momento da realização do ativo.

A Companhia e suas controladas têm como principal ativo financeiro classificado nesta categoria o direito à indenização ao término da concessão. A opção pela designação deste instrumento como disponível para venda deve-se a sua não classificação nas demais categorias descritas. Uma vez que a Administração acredita que a indenização se dará, no mínimo, conforme modelo de precificação de tarifas atual, o registro deste instrumento como empréstimos e recebíveis não é possível uma vez que a indenização não será fixa ou determinável, pelo fato de existirem incertezas em relação ao valor de sua recuperação dada a outras razões que não a deterioração do crédito. As principais incertezas devem-se ao risco de não reconhecimento de parte destes ativos pelo órgão regulador e de seus respectivos preços de reposição no término da concessão (nota 4).

### - Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

## Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas classificaram nesta categoria os seguintes passivos financeiros: (i) algumas dívidas em moedas estrangeiras (nota 16) e, (ii) derivativos (nota 32).

- ii. Não mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 15), (ii) empréstimos e financiamentos (nota 16), (iii) encargos de dívidas (nota 16); (iv) encargos de debêntures (nota 17); (v) debêntures (nota 17); (vi) uso do bem público (nota 22); e (vii) outras contas a pagar (nota 23).

A Companhia realiza o registro contábil de garantias quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia é concedida em um percentual maior que o de sua participação. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira ao mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou linearmente contra despesa financeira pelo prazo da garantia.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### - Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### 3.3 Arrendamentos:

No começo de um contrato deve-se determinar se um contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatária, os bens são capitalizados ao ativo imobilizado no início do arrendamento em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

## Notas Explicativas

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do arrendamento de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

### 3.4 Imobilizado:

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O processo de avaliação dos ativos de acordo com as regras do CPC e IFRS na data de transição foi realizado através da segregação em dois grupos:

- Ativos avaliados pelo custo atribuído na data de transição: modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço a longa data em que não seja possível a reconstrução da formação de seu custo ou em que o custo associado a este levantamento não traga um benefício para a apresentação destas demonstrações financeiras. Desta forma, o custo destes ativos imobilizados na data de transição foi determinado de acordo com o seu respectivo valor de mercado ("custo atribuído") e os valores reavaliados estão sendo apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

- Ativos avaliados pelo custo histórico: modelo adotado pela Companhia para ativos recém construídos em que a base de formação do custo é facilmente comprovada e que os valores a custos históricos estejam próximos de seus respectivos valores de mercado. Para estes casos, as controladas procederam análise de modo a assegurar que a composição do custo esteja em consonância com as atuais práticas contábeis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do órgão regulador. Para as geradoras sujeitas à regulamentação do Decreto 2003 de 1996 (controlada CERAN e as controladas em conjunto ENERCAN, BAESA e Foz do Chapecó), os ativos estão sendo depreciados pelas taxas estabelecidas pelo órgão regulador, desde que não ultrapassem o prazo da concessão.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

### 3.5 Intangível:

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios e direito de exploração de concessões, software e servidão.



## Notas Explicativas

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, não estão sujeitos a amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do período referente a aquisição.

Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio é incluído ao valor contábil do investimento, sendo apresentado como intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- i. Adquiridos através de combinações de negócios: A parcela do ágio oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão está sendo apresentado como ativo intangível. Estes valores são amortizados com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias para o prazo remanescente da concessão.
- ii. Investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 – Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.1.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

- iii. Uso do Bem Público: Algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

### 3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

#### - Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

## Notas Explicativas

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- **Custo amortizado:** pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- **Disponíveis para venda:** pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

Nos casos onde em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, tenha sido identificado um aumento (ganho), a perda de valor é revertida contra o montante da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida na Reserva de avaliação patrimonial.

### - Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Uma das formas utilizadas para avaliação do impairment são os testes realizados com base em seu valor em uso. Para estes casos, os ativos (ex: ágio) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificado um problema de realização, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, anualmente também é realizada uma análise para possível reversão do impairment.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

### 3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

## Notas Explicativas

### 3.8 Benefícios a empregados

As controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com o CPC 33 – Benefícios a Empregados. Apesar dos planos possuírem particularidades, tem as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do período em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes através do método da unidade de crédito projetada. As controladas utilizam-se do corredor para evitar que oscilações nas condições macroeconômicas distorçam o resultado do período. Desta forma, as diferenças acumuladas entre as estimativas atuariais e os resultados reais não são registrados nas demonstrações financeiras a menos que excedam 10% do maior valor entre o passivo e ativo dos planos. Os ganhos e perdas não registrados que ultrapassarem este limite são registrados ao resultado do exercício pelo prazo esperado de serviço remanescente dos funcionários. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao total de quaisquer custos de serviço passado não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

### 3.9 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 e ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendos intermediários na data base 30 de junho só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Com a nova prática contábil, os juros sobre o capital próprio não mais transitam pela demonstração do resultado do exercício, estando os efeitos demonstrados apenas na mutação do patrimônio líquido e na taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social.

### 3.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

## Notas Explicativas

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas pelo método da percentagem completada (“preço fixo”), sendo as perdas reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

### 3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na Reserva de avaliação patrimonial que já são reconhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos individuais projetados para o período remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

## Notas Explicativas

### 3.13 Ativos e passivos regulatórios

Em consonância com o entendimento preliminar do IASB/CPC, ativos e passivos regulatórios não podem ser registrados nas demonstrações financeiras da Companhia por não atenderem os requerimentos de ativos e passivos descritos na Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Desta forma, os direitos ou compensações somente são refletidos nas demonstrações financeiras no momento do consumo de energia elétrica por parte dos clientes cativos.

### ( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

#### - Imobilizado e intangível

O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

#### - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos foram registrados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou valorizados através de modelo de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&F, BOVESPA e ANDIMA. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os ativos financeiros classificados como disponível para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos das concessionárias de distribuição. A metodologia adotada para valorização a mercado destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária das distribuidoras. Este processo, realizado a cada quatro ou cinco anos de acordo com cada concessionária, consiste na reavaliação ao preço de mercado da infraestrutura de distribuição. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Apesar da metodologia e critérios de avaliação da indenização no momento da reversão dos ativos ainda não ter sido definida pela União, a Administração da Companhia acredita que a indenização será avaliada tendo como base, no mínimo, o modelo de precificação das tarifas. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IGP-M como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subseqüentes, em consonância com o processo de Reajuste Tarifário.

## Notas Explicativas

### ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Saldos bancários	292	4.700	1.057.911	361.749
Aplicações financeiras	582.652	106.258	3.345.037	1.201.148
<b>Total</b>	<b>582.944</b>	<b>110.958</b>	<b>4.402.948</b>	<b>1.562.897</b>

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

### ( 6 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, é como segue:

	Saldos vincendos	Consolidado Vencidos		30/06/2011	31/12/2010
		até 90 dias	> 90 dias		
<b>Circulante</b>					
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	300.155	211.560	21.727	533.442	502.539
Industrial	158.043	57.908	41.504	257.455	232.943
Comercial	108.127	45.321	14.118	167.566	169.955
Rural	29.298	6.606	2.467	38.371	39.094
Poder público	28.277	4.300	1.055	33.632	32.614
Iluminação pública	27.710	2.281	12.874	42.865	41.749
Serviço público	34.663	5.990	314	40.967	40.055
<b>Faturado</b>	<b>686.273</b>	<b>333.966</b>	<b>94.059</b>	<b>1.114.298</b>	<b>1.058.949</b>
Não faturado	464.039	-	-	464.039	465.077
Parcelamento de débito de consumidores	82.981	8.744	29.897	121.622	112.141
Energia livre	3.759	-	-	3.759	3.727
Operações realizadas na CCEE	16.273	-	-	16.273	23.932
Concessionárias e permissionárias	157.809	-	-	157.809	193.852
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(92.750)	(92.750)	(80.692)
Outros	13.519	-	-	13.519	39.086
<b>Total</b>	<b>1.424.654</b>	<b>342.710</b>	<b>31.206</b>	<b>1.798.570</b>	<b>1.816.073</b>
<b>Não circulante</b>					
Parcelamento de débito de consumidores	146.990	-	-	146.990	154.436
Operações realizadas na CCEE	41.301	-	-	41.301	41.301
<b>Total</b>	<b>188.291</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>188.291</b>	<b>195.738</b>

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(80.692)
Provisão constituída	(54.518)
Recuperação de receita	17.100
Baixa de contas a receber provisionadas	25.360
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>	<b>(92.750)</b>

## Notas Explicativas

### ( 7 ) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Através de instrumento particular de Cessão de Crédito, a Companhia adquiriu em 2005 o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Energética de São Paulo ("CESP") (vendedora) e CPFL Brasil (compradora), correspondente ao fornecimento de energia por um período de 8 anos. O montante de recursos entregue pela Companhia à CESP será liquidado pela CPFL Brasil com os recursos provenientes da aquisição da energia produzida por aquela empresa.

Na controladora, em 30 de junho de 2011, o saldo no ativo circulante é de R\$ 43.744 (R\$ 42.533 em 31 de dezembro de 2010), e no ativo não circulante é de R\$ 22.180 (R\$ 39.216 em 31 de dezembro de 2010). Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,5% a.a., mais variação anual do IGP-M, e está sendo amortizada através de parcelas mensais, no valor correspondente à transação de compra de energia.

### ( 8 ) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
<b>Circulante</b>				
Antecipações de contribuição social - CSLL	379	379	7.732	1.425
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	872	872	17.183	2.791
IRRF s/ JCP	45.273	30.039	45.693	30.347
Imposto de renda e contribuição social a compensar	761	761	23.662	11.449
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.989	2.870	42.721	40.804
ICMS a compensar	-	-	71.124	72.999
Programa de integração social - PIS	-	-	6.181	3.801
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	42	42	23.919	13.437
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1	1	1.737	2.230
Outros	26	26	487	13.736
<b>Total</b>	<b>51.345</b>	<b>34.992</b>	<b>240.439</b>	<b>193.020</b>
<b>Não Circulante</b>				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	34.893	32.390
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	1.001	1.001
ICMS a compensar	-	-	101.916	101.380
Programa de integração social - PIS	2.787	2.787	5.979	2.855
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	14.389	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	-	1.339	-
Outros	-	-	74	1.340
<b>Total</b>	<b>2.787</b>	<b>2.787</b>	<b>159.591</b>	<b>138.966</b>

**Notas Explicativas****( 9 ) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS****9.1- Composição dos créditos e débitos fiscais:**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
<b><u>Crédito/(Débito) de contribuição social</u></b>				
Bases negativas	41.353	42.715	47.595	51.806
Benefício fiscal do ágio incorporado	-	-	163.443	172.256
Diferenças temporariamente indedutíveis	730	724	(20.342)	(12.416)
<b>Subtotal</b>	<b>42.084</b>	<b>43.440</b>	<b>190.695</b>	<b>211.646</b>
<b><u>Crédito/(Débito) de imposto de renda</u></b>				
Prejuízos fiscais	124.725	129.690	138.635	143.866
Benefício fiscal do ágio incorporado	-	-	554.401	583.724
Diferenças temporariamente indedutíveis	4.724	4.599	(48.221)	(33.620)
<b>Subtotal</b>	<b>129.449</b>	<b>134.289</b>	<b>644.815</b>	<b>693.969</b>
<b><u>Crédito/(Débito) de PIS e COFINS</u></b>				
Diferenças temporariamente indedutíveis	-	-	(14.456)	78
<b>Total</b>	<b>171.532</b>	<b>177.729</b>	<b>821.054</b>	<b>905.693</b>
Total crédito fiscal	171.532	177.729	1.096.158	1.183.460
Total débito fiscal	-	-	(275.104)	(277.767)

**9.2 - Benefício fiscal do ágio incorporado:**

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

	Consolidado			
	30/06/2011		31/12/2010	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	90.146	250.407	94.584	262.734
CPFL Piratininga	20.339	69.793	21.274	73.002
RGE	39.416	162.778	41.117	169.805
CPFL Santa Cruz	4.125	12.971	4.705	14.794
CPFL Leste Paulista	2.323	7.071	2.622	7.986
CPFL Sul Paulista	3.356	10.470	3.767	11.758
CPFL Jaguari	2.025	6.146	2.305	7.002
CPFL Mococa	1.288	4.005	1.456	4.527
CPFL Geração	-	29.522	-	30.877
CPFL Serviços	425	1.239	425	1.239
<b>Total</b>	<b>163.443</b>	<b>554.401</b>	<b>172.256</b>	<b>583.724</b>



## Notas Explicativas

## 9.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	Consolidado					
	30/06/2011			31/12/2010		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis</b>						
Provisão para contingências	20.289	56.711	-	18.908	52.809	-
Entidade de previdência privada	2.634	8.315	-	3.051	9.473	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.839	22.147	-	6.895	19.155	-
Provisão energia livre	4.032	11.203	-	3.730	10.362	-
Programas de P&D e eficiência energética	15.147	42.077	-	14.611	40.579	-
Provisão Relacionada a Pessoal	4.257	12.495	-	2.338	7.160	-
Diferença de taxas de depreciação - reavaliação	8.856	24.599	-	9.305	25.846	-
Instrumentos financeiros (IFRS / CPC)	483	1.342	-	448	1.245	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (IFRS / CPC)	(2.341)	(6.508)	-	(2.475)	(6.878)	-
Estorno de ativos e passivos regulatórios (IFRS / CPC)	(14.460)	(40.161)	(16.538)	(1.076)	(3.030)	(1.399)
Perdas atuariais na transição de práticas contábeis (IFRS/CPC)	26.362	73.521	-	26.718	74.215	-
Outros ajustes mudanças de práticas	14.444	40.048	-	9.673	26.868	-
Outros	2.514	12.141	2.082	3.941	9.903	1.477
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis - (Reserva de avaliação patrimonial)</b>						
Registro da concessão - ajuste do financeiro (IFRS / CPC)	(29.027)	(80.123)	-	(25.337)	(70.388)	-
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(81.370)	(226.027)	-	(83.145)	(230.939)	-
<b>Total</b>	<b>(20.342)</b>	<b>(48.221)</b>	<b>(14.456)</b>	<b>(12.416)</b>	<b>(33.620)</b>	<b>78</b>

## 9.4 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010:

	Controladora							
	CSLL				IRPJ			
	2011		2010		2011		2010	
2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	
Lucro antes dos tributos	308.918	768.655	380.505	862.116	308.918	768.655	380.505	862.116
<b>Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:</b>								
Equivalência patrimonial	(371.050)	(877.146)	(434.141)	(957.920)	(371.050)	(877.146)	(434.141)	(957.920)
Amortização de intangível adquirido	28.641	57.281	28.946	57.891	36.297	72.595	36.878	72.240
Receita juros sobre o capital próprio	101.560	101.560	98.669	98.669	101.560	101.560	98.669	98.669
Outras adições/(exclusões) permanentes líquidas	-	17	152	572	-	36	(1.297)	(829)
<b>Base de cálculo</b>	<b>68.068</b>	<b>50.368</b>	<b>74.131</b>	<b>61.328</b>	<b>75.725</b>	<b>65.700</b>	<b>80.614</b>	<b>74.276</b>
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%	25%	25%	25%	25%
<b>Crédito/(Débito) fiscal apurado</b>	<b>(6.126)</b>	<b>(4.533)</b>	<b>(6.672)</b>	<b>(5.520)</b>	<b>(18.931)</b>	<b>(16.425)</b>	<b>(20.154)</b>	<b>(18.569)</b>
Crédito fiscal constituído	1.593	-	816	-	2.476	12	606	-
<b>Total</b>	<b>(4.533)</b>	<b>(4.533)</b>	<b>(5.856)</b>	<b>(5.520)</b>	<b>(16.455)</b>	<b>(16.413)</b>	<b>(19.548)</b>	<b>(18.569)</b>
Corrente	(3.177)	(3.177)	(4.361)	(4.361)	(11.572)	(11.572)	(14.444)	(14.444)
Diferido	(1.356)	(1.356)	(1.495)	(1.159)	(4.883)	(4.841)	(5.104)	(4.125)
	Consolidado							
	CSLL				IRPJ			
	2011		2010		2011		2010	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro antes dos tributos	454.841	1.177.891	560.008	1.319.652	454.841	1.177.891	560.008	1.319.652
<b>Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:</b>								
Amortização de intangível adquirido	28.641	57.281	28.946	57.891	36.601	73.201	36.921	72.686
Realização CMC	2.564	5.156	2.951	6.141	-	-	-	-
Efeito regime lucro presumido	(7.441)	(14.212)	(1.932)	(8.822)	(8.541)	(16.378)	(2.637)	(10.616)
Outras adições/(exclusões) permanentes líquidas	3.928	3.015	(2.324)	(402)	1.763	(6.385)	(15.331)	(18.325)
<b>Base de cálculo</b>	<b>482.532</b>	<b>1.229.131</b>	<b>587.649</b>	<b>1.374.460</b>	<b>484.664</b>	<b>1.228.330</b>	<b>578.961</b>	<b>1.363.397</b>
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%	25%	25%	25%	25%
<b>Crédito/(Débito) fiscal apurado</b>	<b>(43.428)</b>	<b>(110.622)</b>	<b>(52.888)</b>	<b>(123.701)</b>	<b>(121.166)</b>	<b>(307.083)</b>	<b>(144.740)</b>	<b>(340.849)</b>
Crédito fiscal constituído/(não constituído)	1.538	(60)	(245)	(1.974)	2.298	(168)	(2.365)	(5.495)
<b>Total</b>	<b>(41.890)</b>	<b>(110.682)</b>	<b>(53.133)</b>	<b>(125.675)</b>	<b>(118.868)</b>	<b>(307.251)</b>	<b>(147.105)</b>	<b>(346.344)</b>
Corrente	(40.935)	(95.235)	(47.080)	(103.136)	(115.251)	(266.033)	(129.375)	(285.821)
Diferido	(955)	(15.447)	(6.053)	(22.539)	(3.617)	(41.218)	(17.730)	(60.523)

**Notas Explicativas****( 10 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

	<u>Consolidado</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>934.646</b>
Adições	117.528
Ajustes ao valor justo	39.492
Baixas	(42)
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>	<b>1.091.624</b>

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido nos contratos de concessões das distribuidoras de energia de receber caixa no momento da reversão dos ativos ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração do ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento dos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. A diferença para ajustar o saldo ao respectivo valor justo é registrada como contrapartida na conta de Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

**( 11 ) OUTROS CRÉDITOS**

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Créditos a receber - consórcios	8.920	17.155	41.904	39.440
Adiantamentos - Fundação CESP	10.715	7.995	-	-
Adiantamento - Fornecedores	19.906	16.677	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	7.271	2.107	96.816	89.050
Fundo vinculado empréstimo ME	-	-	19.521	21.222
Ordens em curso	108.416	50.860	-	-
Reembolso RGR	4.914	5.683	1.909	1.909
Contratos de pré-compra de energia	36.303	15.817	57.351	65.786
Convênios de arrecadação	38.527	48.228	-	-
Adiantamento 13º salário	12.160	-	-	-
Despesas antecipadas	45.175	29.550	1.936	2.722
Outros	124.920	59.739	2.672	1.972
<b>Total</b>	<b>417.227</b>	<b>253.812</b>	<b>222.109</b>	<b>222.100</b>

**( 12 ) INVESTIMENTOS**

	<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial		
Pelo patrimônio líquido da controlada	4.961.896	4.764.698
Mais valia de ativos, líquidos	1.323.726	1.396.320
Âgio de rentabilidade futura	6.054	6.054
<b>Total</b>	<b>6.291.676</b>	<b>6.167.072</b>

## Notas Explicativas

### 12.1 - Participações Societárias Permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimento	Quantidade (mil) de ações	Participação no capital-%	30/06/2011				30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	30/06/2010
			Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
CPFL Paulista	144.378	100,00	5.265.278	144.378	876.246	305.148	876.246	808.682	305.148	420.110
CPFL Piratininga	53.031.259	100,00	2.265.442	83.896	452.995	190.809	452.995	396.907	190.809	160.063
CPFL Santa Cruz	371.772	100,00	273.370	55.363	111.971	15.112	111.971	101.759	15.112	11.518
CPFL Leste Paulista	895.733	100,00	172.187	21.546	66.218	6.527	66.218	66.912	6.527	8.048
CPFL Sul Paulista	463.482	100,00	147.061	21.468	62.361	8.326	62.361	62.467	8.326	7.299
CPFL Jaguar	212.126	100,00	100.175	14.156	43.214	6.821	43.214	43.433	6.821	5.622
CPFL Mococa	121.761	100,00	72.774	14.566	35.593	2.903	35.593	36.691	2.903	4.788
RGE	807.168	100,00	2.869.936	884.328	1.213.547	115.186	1.213.547	1.186.849	115.186	116.394
CPFL Geração	205.487.716	100,00	4.658.471	1.039.618	1.953.332	131.077	1.953.332	1.908.873	131.077	112.538
CPFL Jaguar Geração	40.108	100,00	46.387	40.108	46.308	4.450	46.308	46.334	4.450	3.269
CPFL Brasil	2.999	100,00	2.016.292	2.999	84.954	81.464	84.954	94.234	81.464	103.898
CPFL Planalto	630	100,00	9.967	630	7.172	6.541	7.172	6.353	6.541	5.393
CPFL Serviços	1.482.334	100,00	33.478	5.800	5.818	1.514	5.818	4.304	1.514	(275)
CPFL Atende (*)	1	100,00	17.879	1	180	935	180	(755)	935	(633)
Chumpitaz	100	100,00	4.116	0	403	403	403	-	403	-
CPFL Jaguariuna	189.620	100,00	2.603	2.481	1.583	(70)	1.583	1.654	(70)	(112)
							<b>4.961.896</b>	<b>4.764.698</b>	<b>877.146</b>	<b>957.920</b>

(\*) Quantidade de quotas

### 12.2 – Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão, adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente à aquisição de investimentos que estão suportados pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores foram reclassificados para o grupo de Intangível.

### 12.3 – Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) a receber:

Controlada	Controladora	
	Dividendo e juros sobre capital próprio	
	30/06/2011	31/12/2010
CPFL Paulista	12.683	237.000
CPFL Piratininga	5.879	-
CPFL Santa Cruz	7.043	12.000
CPFL Leste Paulista	8.855	-
CPFL Sul Paulista	9.397	-
CPFL Jaguar	7.616	-
CPFL Mococa	4.483	-
RGE	30.044	-
CPFL Geração	31.876	85.000
CPFL Brasil	92	75.000
CPFL Serviços	3.648	3.648
	<b>121.617</b>	<b>412.648</b>

Após deliberação da AGO/AGE, a Companhia registrou neste semestre R\$ 604.450 a título de dividendo e juros sobre o capital próprio a receber de 2010. Neste semestre, R\$ 981.808 foram pagos pelas controladas à Companhia. Adicionalmente, neste semestre as controladas declararam R\$ 101.560 (R\$ 86.326 líquido de imposto de renda retido na fonte) como JCP intermediários,

## Notas Explicativas

referentes ao resultado do primeiro semestre de 2011. Em função da aprovação pelo Conselho de Administração em junho de 2011, este montante foi registrado como contas a receber de acordo com item 3.9.

### ( 13 ) IMOBILIZADO

	Consolidado							Total
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	180.382	1.533.696	1.354.882	1.916.219	3.695	12.940	784.650	5.786.465
Custo histórico	182.772	1.814.135	1.674.388	2.655.031	7.885	16.442	784.650	7.135.303
Depreciação acumulada	(2.390)	(280.439)	(319.506)	(738.812)	(4.190)	(3.502)	-	(1.348.838)
Adições	29	2.413	994	499	-	4	293.184	297.122
Baixas	-	-	-	(2)	(277)	-	-	(279)
Transferências	(23.996)	69.056	27.621	462.056	373	949	(536.059)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	-	10.514	-	-	(17.447)	(6.933)
Depreciação	(659)	(33.731)	(25.485)	(50.058)	(501)	(771)	-	(111.205)
Saldo em 30 de junho de 2011	155.757	1.571.434	1.358.012	2.339.227	3.290	13.122	524.328	5.965.171
Custo histórico	158.862	1.885.271	1.703.005	3.128.427	7.981	17.395	524.328	7.425.269
Depreciação acumulada	(3.105)	(313.837)	(344.993)	(789.200)	(4.691)	(4.272)	-	(1.460.098)
Taxa média de depreciação	-	2,00%	4,00%	3,69%	20,00%	10,00%	-	-

Conforme mencionado no item 3.4, determinados ativos foram avaliados na data de transição pelo custo atribuído ("deemed cost"), enquanto que outros (ativos das usinas recentemente construídas) estão registrados ao custo de aquisição, que, na avaliação da Administração, estão próximos dos respectivos valores de mercado. Os ativos imobilizados foram avaliados ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente especializada em avaliação patrimonial. A mais valia no montante de R\$ 1.002.991 foi apurada para a data-base 1º de janeiro de 2009 e registrada no patrimônio líquido na conta de Reserva de avaliação patrimonial.

Em conformidade com o CPC 20, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. Para mais detalhes sobre montantes capitalizados e taxa de juros adotada vide nota 29.

### ( 14 ) INTANGÍVEL

	Consolidado			31/12/2010
	30/06/2011			
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Ágio	6.054	-	6.054	6.054
Direito de concessões				
Adquirido em combinação de negócios	3.734.976	(1.785.059)	1.949.917	2.041.944
Infraestrutura de distribuição - em serviço	8.400.415	(5.061.198)	3.339.218	3.335.775
Infraestrutura de distribuição - em curso	784.028	-	784.028	694.139
Uso do bem público	407.286	(17.009)	390.277	397.984
Outro ativos intangíveis	156.390	(61.079)	95.311	108.978
<b>Total de ativos intangíveis</b>	<b>13.489.149</b>	<b>(6.924.344)</b>	<b>6.564.805</b>	<b>6.584.874</b>
Custo histórico			13.489.149	13.228.307
Amortização acumulada			(6.924.344)	(6.643.433)
			<b>6.564.805</b>	<b>6.584.874</b>

## Notas Explicativas

### 14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar a concessão, adquirido em combinações de negócios está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	30/06/2011		31/12/2010		Taxa de amortização	
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	2011	2010
<b>Intangível adquirido em combinações de negócio</b>						
<b>Intangível adquirido não incorporado</b>						
<b>Controladora</b>						
CPFL Paulista	304.861	(110.468)	194.394	204.045	6,33%	6,53%
CPFL Piratininga	39.065	(13.631)	25.434	26.603	5,99%	6,19%
RGE	3.150	(698)	2.452	2.560	6,81%	6,53%
CPFL Geração	54.555	(19.359)	35.196	36.733	5,63%	5,80%
CPFL Santa Cruz	9	(2)	7	8	21,17%	14,10%
CPFL Leste Paulista	3.333	(784)	2.549	2.887	20,3%	13,39%
CPFL Sul Paulista	7.288	(1.624)	5.665	6.356	18,98%	12,79%
CPFL Jaguarí	5.213	(1.301)	3.912	4.503	22,68%	13,62%
CPFL Mococa	9.110	(2.173)	6.936	7.841	19,87%	13,92%
CPFL Jaguarí Geração	7.896	(796)	7.100	7.422	8,17%	6,00%
	<u>434.480</u>	<u>(150.836)</u>	<u>283.644</u>	<u>298.957</u>		
<b>Controladas</b>						
ENERCAN	10.233	(2.671)	7.561	7.916	6,90%	6,93%
Barra Grande	3.081	(1.104)	1.977	2.069	5,98%	5,93%
Chapecoense	7.376	(150)	7.225	7.376	4,08%	0,00%
EPASA	499	(10)	489	499	3,85%	0,00%
Parque eólico Santa Clara	31.737	-	31.737	31.737	0,00%	0,00%
Parque eólico Campo dos Ventos	5.576	-	5.576	5.576	0,00%	0,00%
Outros	14.478	(11.591)	2.888	3.248	4,99%	4,99%
	<u>72.979</u>	<u>(15.526)</u>	<u>57.454</u>	<u>58.421</u>		
<b>Subtotal</b>	<b>507.459</b>	<b>(166.362)</b>	<b>341.097</b>	<b>357.379</b>		
<b>Intangível adquirido já incorporado - dedutível</b>						
<b>Controladas</b>						
RGE	1.120.266	(748.957)	371.309	380.711	1,68%	1,69%
CPFL Geração	426.450	(229.021)	197.429	206.491	4,25%	3,92%
<b>Subtotal</b>	<b>1.546.716</b>	<b>(977.978)</b>	<b>568.738</b>	<b>587.202</b>		
<b>Intangível adquirido já incorporado - recomposto</b>						
<b>Controladora</b>						
CPFL Paulista	1.074.026	(446.421)	627.606	658.503	5,75%	5,93%
CPFL Piratininga	115.762	(40.393)	75.368	78.834	5,99%	6,19%
RGE	310.128	(77.033)	233.095	243.296	6,58%	6,30%
CPFL Santa Cruz	61.685	(32.947)	28.738	32.778	13,10%	13,07%
CPFL Leste Paulista	27.034	(10.635)	16.398	18.507	15,59%	15,46%
CPFL Sul Paulista	38.168	(14.734)	23.435	26.312	15,16%	15,17%
CPFL Mococa	15.124	(6.118)	9.006	10.174	15,34%	15,87%
CPFL Jaguarí	23.600	(9.273)	14.327	16.300	16,72%	15,75%
CPFL Jaguarí Geração	15.275	(3.166)	12.109	12.659	7,20%	7,94%
<b>Subtotal</b>	<b>1.680.801</b>	<b>(640.719)</b>	<b>1.040.082</b>	<b>1.097.363</b>		
<b>Total</b>	<b>3.734.976</b>	<b>(1.785.059)</b>	<b>1.949.917</b>	<b>2.041.944</b>		

## Notas Explicativas

### 14.2 Movimentação do ativo intangível:

A movimentação do ativo intangível para o semestre findo em 30 de junho de 2011 é como segue:

	Consolidado						TOTAL
	Agio	Adquirido em combinações de negócios	Uso do bem público	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	Outros ativos intangíveis	
Ativo intangível em 31/12/2010	6.054	2.041.944	397.984	3.335.775	694.139	108.978	6.584.874
Adições	-	-	-	3.820	452.019	3.752	459.591
Amortização	-	(92.027)	(7.707)	(188.228)	-	(6.905)	(294.867)
Transferência - intangíveis	-	-	-	187.988	(187.988)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	-	-	-	(117.528)	-	(117.528)
Transferência - Outros Ativos	-	-	-	(137)	(56.614)	(10.514)	(67.265)
Ativo intangível em 30/06/2011	6.054	1.949.917	390.277	3.339.218	784.028	95.311	6.564.805

Em conformidade com o CPC 20, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. Para mais detalhes sobre montantes capitalizados e taxa de juros adotada vide nota 29.

### ( 15 ) FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Encargos de serviço do sistema	25.800	32.406
Suprimento de energia elétrica	626.589	584.018
Encargos de uso da rede elétrica	161.824	160.099
Materiais e serviços	205.553	199.264
Energia Livre	74.156	70.262
Outros	30	1.335
<b>Total</b>	<b>1.093.951</b>	<b>1.047.385</b>

## Notas Explicativas

**( 16 ) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Consolidado							
	30/06/2011				31/12/2010			
	Encargos - Circulante e Não Circulante	Principal		Total	Encargos - Circulante e Não Circulante	Principal		Total
	Circulante	Não Circulante			Circulante	Não Circulante		
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda Nacional</b>								
BNDES - Repotenciação	40	3.733	6.647	10.420	55	5.040	8.498	13.593
BNDES - Investimento	13.124	396.462	3.072.962	3.482.548	8.494	329.993	3.016.364	3.354.851
BNDES - Outros	447	49.633	53.452	103.532	1.028	72.123	146.414	219.565
BNDES - Capital de Giro	426	56.181	42.051	98.658	-	-	-	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	79.120	58.388	1.594.732	1.732.240	50.269	144.624	1.255.312	1.450.205
Outros	593	14.607	30.786	45.986	594	23.337	34.477	58.408
<b>Subtotal</b>	<b>93.750</b>	<b>579.004</b>	<b>4.800.630</b>	<b>5.473.384</b>	<b>60.440</b>	<b>575.117</b>	<b>4.461.065</b>	<b>5.096.622</b>
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Instituições Financeiras	386	3.514	36.422	40.322	432	3.750	40.750	44.932
<b>Subtotal</b>	<b>386</b>	<b>3.514</b>	<b>36.422</b>	<b>40.322</b>	<b>432</b>	<b>3.750</b>	<b>40.750</b>	<b>44.932</b>
<b>Total ao Custo</b>	<b>94.136</b>	<b>582.518</b>	<b>4.837.052</b>	<b>5.513.706</b>	<b>60.872</b>	<b>578.867</b>	<b>4.501.815</b>	<b>5.141.554</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>								
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Instituições Financeiras	11.306	393.486	-	404.792	8.799	-	416.028	424.827
<b>Total</b>	<b>11.306</b>	<b>393.486</b>	<b>-</b>	<b>404.792</b>	<b>8.799</b>	<b>-</b>	<b>416.028</b>	<b>424.827</b>
<b>Total</b>	<b>105.442</b>	<b>976.004</b>	<b>4.837.052</b>	<b>5.918.498</b>	<b>69.671</b>	<b>578.867</b>	<b>4.917.843</b>	<b>5.566.381</b>

## Notas Explicativas

Mensuradas ao custo Moeda Nacional	Consolidado		Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
	30/06/2011	31/12/2010			
<b>BNDES - Repotenciação</b>					
CPFL Geração	10.420	13.593	TJLP + 3,1% a 4,3%	36 a 84 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2003 a dezembro de 2008	Aval da CPFL Paulista e CPFL Energia
<b>BNDES/BNB - Investimento</b>					
CPFL Paulista - FINEM III	67.242	80.711	TJLP + 3,3%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM IV	224.445	256.572	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM V	99.507	98.051	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM V	35.479	35.135	Pré fixado 5,5% a 8,0%	114 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINAME	50.716	36.067	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga - FINEM II	39.944	47.945	TJLP + 3,3%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM III	93.553	106.944	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM IV	55.905	55.099	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM IV	13.206	13.081	Pré fixado 5,5% a 8,0%	114 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINAME	29.190	22.905	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
RGE - FINEM III	33.633	44.858	TJLP + 5,0%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Recebíveis / Conta Reserva
RGE - FINEM IV	142.871	163.321	TJLP + 3,28 a 3,4%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Recebíveis / Fiança da CPFL Energia
RGE - FINEM V	60.899	59.967	TJLP + 2,12 a 3,3% a.a.	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Recebíveis / Fiança da CPFL Energia
RGE - FINEM V	9.737	9.710	5,5% a.a. Pré fixado	96 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Recebíveis / Fiança da CPFL Energia
RGE - FINAME	8.493	4.857	Pré fixado 4,5% a.a.	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Santa Cruz	9.243	10.483	TJLP + 2,00% a 2,90%	54 parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Mococa	4.866	5.475	TJLP + 2,9%	54 parcelas mensais a partir de janeiro de 2011	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Jaguari	4.278	4.825	TJLP + 2,9%	54 parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Leste Paulista	6.197	3.261	TJLP + 2,9%	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Sul Paulista	6.711	4.735	TJLP + 2,9%	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Geração	81.912	74.531	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Ações / Recebíveis / Máq. Equipamentos/ Fiança da CPFL Energia
BAESA	112.533	120.347	TJLP + 3,125% a 4,125%	144 parcelas mensais a partir de setembro de 2006	Penhor de Ações, Direito Creditório e Vinculação de Receitas
BAESA	21.253	24.244	UMBND + 3,125% (1)	144 parcelas mensais a partir de novembro de 2006	Penhor de Ações, Direito Creditório e Vinculação de Receitas
ENERCAN	257.318	273.992	TJLP + 4%	144 parcelas mensais a partir de abril de 2007	Cartas de Fiança
ENERCAN	14.025	15.932	UMBND + 4%	144 parcelas mensais a partir de abril de 2007	Cartas de Fiança
CERAN	532.666	557.451	TJLP + 3,69% a 5%	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Aval da CPFL Energia
CERAN	48.559	53.845	UMBND + 3,69% a 5% (2)	168 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006	Aval da CPFL Energia
Foz do Chapecó	1.038.407	996.013	TJLP + 2,49% a 2,95%	192 parcelas mensais a partir de outubro de 2011	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
CPFL Bioenergia - FINEM	40.508	39.512	TJLP + 1,9%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
CPFL Bioenergia - FINAME	39.710	39.369	Pré fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
CPFL Sul Centrais - FINEM	6.244	-	TJLP + 3,5%	46 parcelas mensais a partir de abril de 2011	Aval da CPFL Energia
CPFL Brasil - FINEM	86.229	-	TJLP + 1,87% a 1,90%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança CPFL Energia
CPFL Brasil - FINAME	111.421	-	Pré fixado 5,5%	106 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança CPFL Energia
EPASA - BNB	95.648	95.613	Pré fixado 10%	132 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Fiança Bancária
<b>BNDES - Outros</b>					
CPFL Brasil - Bens de Renda	4.708	6.785	TJLP + de 1,94% a 2,84%	36 parcelas mensais a partir de maio de 2009	Vinculado ao bem adquirido
CPFL Brasil - Bens de Renda	1.360	-	pré fixado 4,5% e 5,5%	96 parcelas mensais a partir de março de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga - Capital de Giro	97.465	105.652	TJLP + 5,0% (3)	32 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2011	Não existem garantias
CPFL Geração - FINEM - Capital de Giro	56.087	53.232	TJLP + 4,95%	24 parcelas mensais a partir de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
CPFL Geração - FINAME - Capital de Giro	42.571	53.896	TJLP + 4,95% (4)	23 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2011	Aval da CPFL Energia
<b>Instituições Financeiras</b>					
<b>CPFL Paulista</b>					
Banco do Brasil - Lei 8727	31.125	34.874	IGP-M + 7,42%	240 parcelas mensais a partir de maio de 1994	Arrecadação de recebíveis
Banco do Brasil	105.190	104.890	107% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	211.310	199.622	98,50% do CDI	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	151.402	-	99,00% do CDI	02 parcelas anuais a partir de março de 2013.	Aval da CPFL Energia S.A.
<b>CPFL Piratininga</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	19.435	18.360	98,5% do CDI	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	19.462	-	99,0% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
<b>RGE</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	250.776	236.830	98,5% do CDI	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	55.958	-	99,0% do CDI	02 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Brasil</b>					
FINEP	5.187	3.675	5% Pré-fixada	81 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Recebíveis
<b>CPFL Santa Cruz</b>					
HISFC	-	45.206	CDI + 1,10%	Parcela única em junho de 2011	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	17.303	16.337	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	6.877	-	99,0% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Sul Paulista</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	10.706	10.109	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	9.478	-	99,0% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Leste Paulista</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	17.790	16.798	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	17.677	-	99,0% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Mococa</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	8.975	8.476	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	3.025	-	99,0% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Jaguari</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	1.893	1.786	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	5.949	-	99,0% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Geração</b>					
Banco Itaú BBA	103.928	103.371	106,0% do CDI	Parcela única em fevereiro de 2014	Fiança CPFL Energia
Banco do Brasil	629.227	627.432	107,0% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança CPFL Energia
<b>CERAN</b>					
Banco Bradesco	22.507	22.439	CDI + 1,75%	Parcela única em abril de 2012	Não existem garantias
<b>Foz do Chapecó</b>					
Banco Alfa	27.060	-	111,45% do CDI	parcela única em janeiro de 2012	sem garantias
<b>Outros</b>					
<b>Eletrobrás</b>					
CPFL Paulista	9.587	10.358	RGR + 6,0% a 6,5%	Parcelas mensais até dezembro de 2022	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Piratininga	766	925	RGR + 6%	Parcelas mensais até julho de 2016	Recebíveis e Notas Promissórias
RGE	17.053	18.097	RGR + 6%	Parcelas mensais até junho de 2020	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Santa Cruz	3.602	3.947	RGR + 6%	Parcelas mensais até abril de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Leste Paulista	1.033	1.096	RGR + 6%	Parcelas mensais até fevereiro de 2022	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Sul Paulista	1.719	1.837	RGR + 6%	Parcelas mensais até dezembro de 2021	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Jaguari	100	109	RGR + 6%	Parcelas mensais até maio de 2017	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Mococa	397	415	RGR + 6%	Parcelas mensais até fevereiro de 2022	Recebíveis e Notas Promissórias
Outros	11.728	21.624			
<b>Subtotal Moeda Nacional - Custo</b>	<b>5.473.384</b>	<b>5.096.622</b>			



## Notas Explicativas

Mensuradas ao custo	Consolidado		Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
	30/06/2011	31/12/2010			
<b>Moeda Estrangeira</b>					
<b>Instituições Financeiras</b>					
<b>CPFL Paulista (5)</b>					
Debt Conversion Bond	1.863	2.982	US\$ + Libor 6 meses + 0,875%	17 parcelas semestrais a partir de abril de 2004	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
C-Bond	5.057	6.298	US\$ + 8%	21 parcelas semestrais a partir de abril de 2004	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
Discount Bond	13.650	14.570	US\$ + Libor 6 meses + 0,8125%	Parcela única em abril de 2024	Depósito em garantia e receitas Aval Governo SP
PAR-Bond	19.752	21.082	US\$ + 6%	Parcela única em abril de 2024	Depósito em garantia e receitas Aval Governo SP
<b>Subtotal Moeda Estrangeira - Custo</b>	<b>40.322</b>	<b>44.932</b>			
<b>Total Mensuradas ao Custo</b>	<b>5.513.706</b>	<b>5.141.554</b>			
<b>Moeda Estrangeira</b>					
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Instituições Financeiras</b>					
<b>CPFL Paulista</b>					
Banco ABN AMRO Real	404.792	424.827	Yen +1,49% (6)	Parcela única em janeiro de 2012	Não existem garantias
<b>Total Moeda Estrangeira - Valor Justo</b>	<b>404.792</b>	<b>424.827</b>			
<b>Total Consolidado</b>	<b>5.918.498</b>	<b>5.566.381</b>			

Suas controladas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a:

- (1) 139,3% do CDI (3) 106,0% a 106,5% do CDI  
 (2) 139,3% do CDI (4) 106,0% do CDI  
 (5) Dada a existência de ativos indexados em dólar, consta um swap parcial no montante de R\$ 20.245 convertendo a variação da moeda para 81,30% do CDI.  
 (6) 104,98% do CDI

(\*) Taxa efetiva:  
 CPFL Paulista = CPFL Piratininga - 98,5% CDI + 2,88%;  
 RGE - R\$ 85,1 milhões a 98,5% CDI + 2,88%; R\$ 147,4 milhões a 98,5% CDI + 2,28%;  
 CPFL Santa Cruz, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari - 98,5% CDI + 2,28%

(\*\*) Taxa efetiva: 99,0% do CDI + 2,88%

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPCs 38 e 39, classificaram suas dívidas como (i) passivos financeiros não mensurados ao valor justo (ou mensuradas ao custo), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de junho de 2011, o saldo da dívida designada ao valor justo da controlada CPFL Paulista totalizava R\$ 404.792 (R\$ 424.827 em 31 de dezembro de 2010), enquanto que o valor correspondente ao custo era de R\$ 409.503 (R\$ 429.792 em 31 de dezembro de 2010).

A mudança do valor justo desta dívida é reconhecida no resultado financeiro da controlada. O ganho obtido na marcação a mercado da referida dívida no montante de R\$ 4.711 (R\$ 4.965 em 31 de dezembro de 2010) está sendo compensado pelo efeito de R\$ 6.281 (R\$ 7.607 em 31 de dezembro de 2010) obtido com a marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo, contratado para proteção da variação cambial (nota 32), gerando uma perda líquida de R\$ 1.570 (R\$ 2.642 em 31 de dezembro de 2010).

### Principais captações no período:

#### Moeda Nacional

#### BNDES – Investimento:

**FINEM V (CPFL Paulista)** – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010, no montante de R\$ 291.043 que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na implementação do plano de investimento para o 2º semestre de 2010 e do ano de 2011. Neste semestre não houve liberação e o saldo remanescente de R\$ 157.971 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de fevereiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

## Notas Explicativas

**FINAME (CPFL Paulista)** – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2009, no montante de R\$ 92.183, que faz parte de uma linha de crédito do FINAME, a ser aplicado na aquisição de equipamentos do Sistema Elétrico em 2010 e 2011. Neste semestre a Companhia recebeu o montante de R\$ 14.609 e o saldo remanescente de R\$ 41.560 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

**FINEM IV (CPFL Piratininga)** A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010, no montante de R\$ 165.621, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada na implementação do plano de investimento para o 2º semestre de 2010 e para o ano de 2011. Neste semestre não houve liberação e o saldo remanescente de R\$ 97.501 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente durante o período de carência e mensalmente, juntamente com as parcelas do principal, durante o período de amortização.

**FINAME (CPFL Piratininga)** - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2009, no montante de R\$ 48.116, que faz parte de uma linha de crédito do FINAME, a ser aplicado na aquisição de equipamentos do Sistema Elétrico em 2010 e 2011. Neste semestre, recebeu o montante de R\$ 6.276 e o saldo remanescente de R\$ 18.981 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

**FINAME (RGE)** - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2009, no montante de R\$ 32.419, que faz parte de uma linha de crédito do FINAME, a ser aplicado na aquisição de equipamentos do Sistema Elétrico em 2010 e 2011. Neste semestre, a controlada recebeu o montante de R\$ 3.630 e o saldo remanescente de R\$ 23.942 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

**BNDES Investimento (CPFL Geração)** – Em 2010, a controlada obteve aprovação de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 574.098, na modalidade FINEM que será destinado para as controladas Santa Clara I a VI e Eurus VI. Neste semestre foi liberado o montante de R\$ 4.400. O saldo remanescente de R\$ 494.160 deve ser liberado até Abril de 2013.

**FINEM / FINAME (CPFL Brasil)** - A controlada obteve aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010 no montante de R\$ 398.547 que será destinado às controladas indiretas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Neste semestre, foi liberado o montante de R\$ 197.601 e o saldo remanescente de R\$ 200.946 está previsto para ser liberado até dezembro de 2011, com exceção da CPFL Bio Pedra que tem limite até junho de 2012. Os juros serão pagos mensalmente juntamente com a amortização que será efetuada a partir de dezembro de 2011, com exceção da CPFL Bio Pedra que será a partir de junho de 2012.

### Instituições Financeiras

**Banco do Brasil – Capital de Giro (CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari)** - As controladas obtiveram a aprovação de financiamento de capital de giro com liberação no semestre no valor total de R\$ 267.870 (R\$ 261.504 líquida dos gastos de emissão), para cobertura de capital de giro. Os juros serão capitalizados mensalmente e amortizados juntamente com as parcelas do principal.

**Banco Alfa (Foz do Chapecó)** – Neste semestre, foi obtida uma linha de crédito junto ao Banco Alfa, no montante de R\$ 50.000 (R\$ 25.500 proporcional à participação da Companhia), cujos recursos destinam-se ao reforço do capital de giro.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, considerando somente os respectivos valores registrados ao custo, têm vencimentos assim programados:

## Notas Explicativas

<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2012	459.495
2013	809.501
2014	721.714
2015	1.067.348
2016	267.818
Após 2016	1.511.176
	<u><u>4.837.052</u></u>

### CONDIÇÕES RESTRITIVAS

O empréstimo do Banco do Brasil – Capital de Giro está sujeito a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem às controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. O índice exigido é Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0.

Os demais contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

## Notas Explicativas

**( 17 ) DEBÊNTURES**

		Consolidado							
		30/06/2011				31/12/2010			
		Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Controladora</b>									
3ª Emissão	Série Única	16.923	-	450.000	466.923	15.529	-	450.000	465.529
<b>CPFL Paulista</b>									
3ª Emissão	1ª Série	6.060	213.333	426.668	646.061	5.925	213.333	426.667	645.925
4ª Emissão	Série Única	6.659	109.946	-	116.605	6.323	109.601	-	115.924
5ª Emissão	Série única	4.890	-	482.165	487.055	-	-	-	-
		<b>17.609</b>	<b>323.279</b>	<b>908.833</b>	<b>1.249.721</b>	<b>12.248</b>	<b>322.934</b>	<b>426.667</b>	<b>761.849</b>
<b>CPFL Piratininga</b>									
1ª Emissão	1ª Série	-	-	-	-	10.733	200.000	-	210.733
3ª Emissão	Série Única	7.674	-	258.997	266.670	7.013	-	258.868	265.881
4ª Emissão	Série Única	1.807	-	278.367	280.174	1.845	-	278.043	279.888
5ª Emissão	Série única	1.616	-	159.324	160.940	-	-	-	-
		<b>11.097</b>	<b>-</b>	<b>696.687</b>	<b>707.785</b>	<b>19.591</b>	<b>200.000</b>	<b>536.911</b>	<b>756.502</b>
<b>RGE</b>									
2ª Emissão	1ª Série	-	-	-	-	2.019	28.370	-	30.389
3ª Emissão	1ª Série	955	33.333	66.667	100.955	939	33.333	66.667	100.939
	2ª Série	8.095	46.667	93.333	148.095	7.721	46.667	93.333	147.721
	3ª Série	1.931	13.333	26.667	41.931	1.824	13.333	26.667	41.824
	4ª Série	1.452	16.667	33.333	51.452	1.335	16.667	33.333	51.335
	5ª Série	1.452	16.667	33.333	51.452	1.335	16.667	33.333	51.335
4ª Emissão	Série Única	11.199	184.998	-	196.197	10.633	184.623	-	195.256
5ª Emissão	Série Única	707	-	69.651	70.358	-	-	-	-
		<b>25.791</b>	<b>311.665</b>	<b>322.984</b>	<b>660.440</b>	<b>25.806</b>	<b>339.660</b>	<b>253.333</b>	<b>618.799</b>
<b>CPFL Santa Cruz</b>									
1ª Emissão	Série Única	465	-	64.670	65.135	-	-	-	-
<b>CPFL Leste Paulista</b>									
1ª Emissão	Série Única	1.475	24.000	-	25.475	1.400	23.965	-	25.365
<b>CPFL Sul Paulista</b>									
1ª Emissão	Série Única	975	16.000	-	16.975	926	15.979	-	16.905
<b>CPFL Jaguarí</b>									
1ª Emissão	Série Única	614	10.000	-	10.614	583	9.983	-	10.566
<b>CPFL Brasil</b>									
1ª Emissão	Série Única	10.054	164.960	-	175.014	9.545	164.728	-	174.273
2ª Emissão	Série Única	13.439	-	1.315.301	1.328.740	-	-	-	-
<b>CPFL Geração</b>									
2ª Emissão	Série Única	25.624	424.882	-	450.506	24.327	424.266	-	448.593
3ª Emissão	Série Única	7.792	-	263.269	271.061	7.121	-	263.137	270.258
4ª Emissão	Série Única	6.923	-	677.337	684.260	-	-	-	-
<b>EPASA</b>									
2ª Emissão	Série Única	13.978	101.999	101.285	217.262	-	-	204.406	204.406
<b>BAESA</b>									
	1ª Série	361	3.164	13.154	16.679	357	3.165	15.030	18.552
	2ª Série	296	2.570	11.217	14.083	294	2.569	12.207	15.070
<b>Enercan</b>									
	1ª Série	292	2.708	49.726	52.726	339	2.709	50.623	53.671
		<b>153.708</b>	<b>1.385.227</b>	<b>4.874.463</b>	<b>6.413.398</b>	<b>118.066</b>	<b>1.509.958</b>	<b>2.212.314</b>	<b>3.840.338</b>

## Notas Explicativas

		Quantidade em Circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva a.a.	Condições de Amortização	Garantias
<b>Controladora</b>						
3ª Emissão	Série Única	45.000	CDI + 0,45% (1)	CDI + 0,53%	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2012	Quirografia
<b>CPFL Paulista</b>						
3ª Emissão	1ª Série	64.000	104,4% do CDI	104,4% CDI + 0,05%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
4ª Emissão	Série Única	175.000	110,3% do CDI	110,3% CDI + 0,79%	2 parcelas anuais a partir de julho de 2010	Fiança da CPFL Energia
5ª Emissão	Série única	4.840	CDI + 1,30%	CDI + 1,40%	parcela única em junho de 2016	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Piratininga</b>						
1ª Emissão	1ª Série	40.000	104,0% do CDI	104,0% CDI + 0,16%	2 parcelas anuais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia
3ª Emissão	Série Única	260	107,0% do CDI	107,0% CDI + 0,67%	01 de abril de 2015	Fiança CPFL Energia
4ª Emissão	Série Única	280	109,09% do CDI	109,09% CDI + 0,83%	10 de dezembro de 2013	Fiança CPFL Energia
5ª Emissão	Série única	1.600	CDI + 1,30%	CDI + 1,41	01 de junho de 2016	Fiança CPFL Energia
<b>RGE</b>						
2ª Emissão	1ª Série	2.620	IGP-M + 9,6%	IGP-M + 9,73%	1º de abril de 2011	Quirografia
3ª Emissão	1ª Série	1	CDI + 0,60% (2)	CDI + 0,71%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	2ª Série	1	CDI + 0,60% (3)	CDI + 0,71%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	3ª Série	1	CDI + 0,60% (4)	CDI + 0,71%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	4ª Série	1	CDI + 0,60% (5)	CDI + 0,84%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	5ª Série	1	CDI + 0,60% (5)	CDI + 0,84%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
4ª Emissão	Série Única	185.000	110,30% do CDI	110,3% CDI + 0,82%	1º de julho de 2011	Quirografia
5ª Emissão	Série Única	700	CDI + 1,30%	CDI + 1,43%	1º de junho de 2016	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Santa Cruz</b>						
1ª Emissão	Série Única	650	CDI + 1,40%	CDI + 1,52%	11 de junho de 2018	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Leste Paulista</b>						
1ª Emissão	Série Única	2.400	111,90% do CDI	111,9% CDI + 0,65%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Sul Paulista</b>						
1ª Emissão	Série Única	1.600	111,00% do CDI	111% CDI + 0,6%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Jaguari</b>						
1ª Emissão	Série Única	1.000	111,90% do CDI	111,9% CDI + 0,79%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Brasil</b>						
1ª Emissão	Série Única	16.500	111% do CDI	111% CDI + 0,57%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
2ª Emissão	Série Única	13.200	CDI + 1,40%	CDI + 1,48%	2 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Geração</b>						
2ª Emissão	Série Única	425.250	109,8% do CDI	109,8% CDI + 0,58%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
3ª Emissão	Série Única	264	107,0% do CDI	107,0% do CDI + 0,67%	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
4ª Emissão	Série Única	6.800	100% do CDI + 1,40% a.a.	CDI + 1,49%	2 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
<b>EPASA</b>						
2ª Emissão	Série Única	400	111% do CDI	111,00% do CDI + 0,49%	12 parcelas mensais a partir de dezembro de 2012	Fiança CPFL Energia
<b>BAESA</b>						
	1ª Série	9.000	CDI + 0,3%	CDI + 0,43%	Trimestral com quitação em agosto de 2016	Cartas de Fiança
	2ª Série	8.100	CDI + 0,4%	106% CDI + 0,12%	Anual com quitação em agosto de 2016	Cartas de Fiança
<b>Enercan</b>						
	1ª Série	110	100% do CDI + 1,25% a.a	111,10% do CDI	Trimestral com quitação em dezembro de 2025	Sem garantias

A Sociedade e as controladas possuem swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 104,4% do CDI  
(2) 105,07% do CDI

(3) 104,85% do CDI  
(4) 104,9% do CDI

(5) 104,87% do CDI

## Notas Explicativas

O saldo de Debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2012	596.579
2013	777.665
2014	159.367
2015	532.364
2016	719.250
Após 2016	2.089.238
<b>Total</b>	<b>4.874.463</b>

### Captações no período

Em junho de 2011 foram subscritas e integralizadas, pelas subsidiárias CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Brasil e CPFL Geração, debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória. Os recursos serão destinados ao refinanciamento das dívidas vincendas em 2011, reforço de capital de giro e plano de investimentos. O pagamento de juros das debêntures acima é semestral a partir da data de emissão, sendo os detalhes da emissão como segue:

Controlada	Quantidade	Valor nominal		Captação líquida	
		unitário R\$ mil	Captação total R\$ mil	dos gastos de emissão R\$ mil	
CPFL Paulista	4.840	100	484.000	482.165	
CPFL Piratininga	1.600	100	160.000	159.324	
RGE	700	100	70.000	69.651	
CPFL Santa Cruz	650	100	65.000	64.670	
CPFL Geração	6.800	100	680.000	677.337	
CPFL Brasil	13.200	100	1.320.000	1.315.301	
			<b>2.779.000</b>	<b>2.768.448</b>	

### CONDIÇÕES RESTRITIVAS

A última emissão das debêntures das controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Brasil e CPFL Geração está sujeita a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os índices exigidos são os seguintes:

- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25

As demais debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, cujos detalhes estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

## Notas Explicativas

### ( 18 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados com as seguintes características:

#### I – CPFL Paulista

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Paulista através da Fundação CESP um Plano de Previdência Complementar, composto por, até 31 de Outubro de 1997, um plano de Benefício Definido (Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado), e após esta data, a adoção de um plano de benefício misto de Contribuição Variável para aposentadorias programadas e de Benefício Definido para benefícios decorrentes de invalidez e morte.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser amortizada em 240 parcelas mensais e 20 parcelas anuais, com vencimento até outubro de 2017, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação em 30 de junho de 2011 é de R\$ 485.536 (R\$ 479.877 em 31 de dezembro de 2010). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotados pela controlada, que se encontra em consonância com o CPC 33.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

#### II – CPFL Piratininga

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Piratininga através da Fundação CESP um “Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão”, composto, até 31 de março de 1998, de um plano de benefício definido (Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS), e após esta data um Plano de Benefício definido e outro de contribuição variável.

Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (empresa antecessora da Bandeirante) referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser amortizada em 240 parcelas mensais e 20 parcelas anuais com vencimento até outubro de 2017 e amortização mensal, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 221 parcelas mensais e 18 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de maio de 2026. O saldo da obrigação em 30 de junho de 2011 é de R\$ 134.290 (R\$ 133.170 em 31 de dezembro de 2010). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada, que se encontra em consonância com o CPC 33.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

#### III – RGE

Para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE, o plano é do tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos

## Notas Explicativas

últimos salários, incluindo o presumido benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE.

Para os colaboradores admitidos a partir de 1997 foi implantado, em janeiro de 2006, o plano de previdência privada junto ao Bradesco Vida e Previdência na modalidade PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre e de Contribuição Definida. Esse plano não gera qualquer responsabilidade atuarial para a empresa.

### IV – CPFL Santa Cruz

O plano de benefícios da controlada CPFL Santa Cruz, administrado pelo BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil está estruturado na modalidade de contribuição definida.

### V – CPFL Geração

Atualmente, vigora para os funcionários da controlada CPFL Geração através da Fundação CESP um “Plano de Previdência Complementar”, exatamente nos moldes da CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, na época mantido pela CPFL Paulista, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração, referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 240 parcelas mensais e 20 parcelas anuais, até outubro de 2017, acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação, em 30 de junho de 2011 é de R\$ 9.683 (R\$ 9.571 em 31 de dezembro de 2010). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotados pela controlada, que se encontra em consonância com o CPC 33.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

### VI – CPFL Jaguariúna

Em Novembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

### VII – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas neste semestre, no passivo atuarial líquido conforme CPC 33 são as seguintes:

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	Total Passivo	RGE	Total Ativo
Passivo/(Ativo) atuarial líquido em 31 de dezembro de 2010	469.623	111.574	11.452	592.649	(5.800)	(5.800)
Despesas/(Receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(34.151)	(9.312)	(1.241)	(44.704)	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(26.120)	(7.995)	(434)	(34.549)	-	-
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no final do período	409.352	94.267	9.777	513.397	(5.800)	(5.800)
Outras Contribuições	13.886	240	(63)	14.064	-	-
Subtotal	423.238	94.507	9.715	527.460	(5.800)	(5.800)
Outras contribuições RGE	-	-	-	3.332	-	-
Total Passivo/(Ativo) em 30 de junho de 2011	423.238	94.507	9.715	530.792	(5.800)	(5.800)
Circulante				37.762		
Não Circulante				493.030		(5.800)



## Notas Explicativas

As despesas e receitas reconhecidas como custo da operação estabelecidas no laudo atuarial estão demonstradas abaixo:

	1° Semestre 2011				Consolidado
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	
Custo do serviço	522	1.890	68	-	2.480
Juros sobre obrigações atuariais	152.366	38.964	3.336	-	194.666
Rendimento esperado dos ativos do plano	(184.672)	(48.944)	(4.351)	-	(237.967)
Amortização de ganho atuarial não reconhecido	(2.367)	(1.222)	(294)	-	(3.883)
<b>Total da Despesa/(Receita)</b>	<b>(34.151)</b>	<b>(9.312)</b>	<b>(1.241)</b>	<b>-</b>	<b>(44.704)</b>

  

	1° Semestre 2010				Consolidado
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	
Custo do serviço	550	2.404	72	576	3.602
Juros sobre obrigações atuariais	146.228	37.766	3.172	9.174	196.340
Rendimento esperado dos ativos do plano	(182.144)	(46.576)	(3.842)	(11.858)	(244.420)
Amortização de ganho atuarial não reconhecido	(18)	(632)	-	1.522	872
<b>Total da Despesa/(Receita)</b>	<b>(35.384)</b>	<b>(7.038)</b>	<b>(598)</b>	<b>(586)</b>	<b>(43.605)</b>

Uma vez que a movimentação do plano da RGE indica a necessidade de reconhecimento de um ativo e que o montante a ser reconhecido está limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis à época, o registro em 2011 dependerá da análise a ser realizada sobre a possível recuperação do ativo ao término do exercício.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base no laudo atuarial preparado para as datas-base 31 de dezembro de 2010 e 2009, foram:

	CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração		RGE	
	31/12/2010 <sup>(*)</sup>	31/12/2009 <sup>(**)</sup>	31/12/2010 <sup>(*)</sup>	31/12/2009 <sup>(**)</sup>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,24% a .a.	10,24% a .a.	10,24% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	(*)	(**)	10,24% a.a.	11,28% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,08% a .a.	6,08% a .a.	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,0% a .a.	4,0% a .a.	4,0% a .a.	4,0% a .a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	TÁBUA MERCER	TÁBUA MERCER	TÁBUA MERCER	Light-média
Taxa de rotatividade esperada:	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	

(1) Refere-se à data-base de emissão do laudo.

(\*) CPFL Paulista e CPFL Geração 12,73% a.a. e CPFL Piratininga 12,71% a.a.

(\*\*) CPFL Paulista e CPFL Geração 14,36% a.a. e CPFL Piratininga 14,05% a.a.

**Notas Explicativas****( 19 ) TAXAS REGULAMENTARES**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	6.059	4.452
Reserva global de reversão - RGR	23.973	16.484
Taxa de fiscalização da ANEEL	2.431	2.285
Conta de consumo de combustível - CCC	61.523	58.288
Conta de desenvolvimento energético - CDE	45.759	42.033
<b>Total</b>	<b>139.745</b>	<b>123.541</b>

**( 20 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	276.581	247.891
Programa de integração social - PIS	14.828	13.563
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	69.724	63.668
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	87.873	86.853
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	23.885	22.280
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	15.234	-
Outros	17.348	20.993
<b>Total</b>	<b>505.473</b>	<b>455.248</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>		
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	580	960
Outros	258	-
<b>Total</b>	<b>838</b>	<b>960</b>

## Notas Explicativas

### ( 21 ) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Consolidado			
	30/06/2011		31/12/2010	
	Provisão para contingência	Depósitos e bloqueios judiciais	Provisão para contingência	Depósitos e bloqueios judiciais
<b>Trabalhistas</b>				
Diversos	46.216	169.794	39.136	147.056
<b>Cíveis</b>				
Danos pessoais	12.708	87.117	11.126	75.033
Majoração tarifária	10.689	5.941	10.813	9.200
Outras	4.231	437	5.904	1.516
	27.628	93.495	27.843	85.750
<b>Fiscais</b>				
FINSOCIAL	18.806	53.610	18.714	53.322
Imposto de renda	78.248	632.719	73.401	539.601
PIS/COFINS - JCP	11.095	11.095	10.666	10.666
PIS/COFINS - regime não cumulativ	89.926	-	87.672	-
Outras	39.214	63.046	29.059	39.143
	237.289	760.470	219.513	642.732
<b>Outros</b>				
Diversos	3.077	18.303	4.773	15.148
<b>Total</b>	<b>314.210</b>	<b>1.042.062</b>	<b>291.265</b>	<b>890.685</b>

A movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

	Consolidado					Saldo em 30/06/2011
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	
Trabalhistas	39.136	10.424	(1.561)	(1.783)	-	46.216
Cíveis	27.843	8.469	(4.591)	(4.093)	-	27.628
Fiscais	219.513	14.448	(1)	-	3.330	237.289
Outros	4.773	-	-	(1.743)	47	3.077
<b>Provisão para contingências</b>	<b>291.265</b>	<b>33.341</b>	<b>(6.154)</b>	<b>(7.618)</b>	<b>3.377</b>	<b>314.210</b>
<b>Depósitos Judiciais</b>	<b>890.685</b>	<b>124.901</b>	<b>(946)</b>	<b>(1.049)</b>	<b>28.471</b>	<b>1.042.062</b>

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é mais provável do que não na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia e de suas controladas.

Os detalhes da natureza das provisões para contingências e depósitos judiciais estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

**Perdas possíveis** - A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por este motivo, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2011 estavam assim representadas: (i) R\$ 353.188 trabalhistas (R\$ 341.608 em 31 de

## Notas Explicativas

dezembro de 2010); (ii) R\$ 555.812 cíveis, representadas basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária (R\$ 604.603 em 31 de dezembro de 2010); e (iii) R\$ 854.009 fiscais, relacionadas basicamente a Imposto de Renda, ICMS, INSS, FINSOCIAL e PIS e COFINS (R\$ 823.872 em 31 de dezembro 2010).

**Depósitos judiciais – imposto de renda:** Do montante total de R\$ 632.719, R\$ 558.071 (R\$ 483.355 em 31 de dezembro de 2010) referem-se à discussão da dedutibilidade para fins de Tributos Federais de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente a déficit previdenciário do plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP, em razão de ter sido objeto de renegociação e novação de dívida naquele exercício. A controlada, baseada em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, obteve resposta favorável constante na Nota MF/SRF/COSIT/GAB nº 157 de 09 de abril de 1998, e tomou a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando conseqüentemente prejuízo fiscal naquele exercício. Em decorrência desta medida, a controlada foi autuada pelas Autoridades Fiscais e, para permitir a continuidade das discussões em dois processos, houve decisões judiciais que exigiram depósitos para garantia do juízo. Esta dedutibilidade gerou ainda outras autuações e a controlada, com a finalidade de também permitir a continuidade das discussões, ofereceu como garantia fianças bancárias no valor de R\$ 291.273. Baseada na posição atualizada dos advogados que conduzem este caso, o risco de perda continua classificado como remoto.

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto relevante sobre os resultados futuros.

### ( 22 ) USO DO BEM PÚBLICO

<b>Consolidado</b>				
<b>Empresas</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>Saldo de Parcelas Restantes</b>	<b>Taxa de Juros</b>
CERAN	74.519	71.987	297	IGP-M + 9,6% a.a.
ENERCAN	10.516	9.884	300	IGP-M + 8% a.a.
BAESA	56.699	52.865	288	IGP-M + 8% a.a.
Foz do Chapecó	322.402	312.183	307	IGP-M / IPC-A + 5,3% a.a.
<b>TOTAL</b>	<b>464.136</b>	<b>446.919</b>		
<b>Circulante</b>	<b>27.610</b>	<b>17.287</b>		
<b>Não circulante</b>	<b>436.526</b>	<b>429.632</b>		

**Notas Explicativas****( 23 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Consumidores e concessionárias	74.752	63.635	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	92.496	63.698	4.076	32.039
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	131.243	110.418	21.464	29.680
Fundo nacional desenv. cient. tecnol. - FNDCT	3.334	3.077	-	-
Empresa de pesquisa energética - EPE	1.201	1.206	-	-
Fundo para reversão	-	-	17.750	17.750
Adiantamentos	21.887	11.030	4.791	7.418
Provisão para gastos ambientais	3.291	11.685	340	2.455
Folha de pagamento	9.781	6.722	-	-
Participação nos lucros	21.573	36.296	-	-
Convênios de arrecadação	73.510	56.260	-	-
Partes beneficiárias	1.719	1.674	-	-
Garantias	-	-	39.895	45.831
Outros	48.558	45.169	6.466	5.950
<b>Total</b>	<b>483.344</b>	<b>410.869</b>	<b>94.782</b>	<b>141.124</b>

**( 24 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	30/06/2011		31/12/2010	
	Ações ordinárias	Participação %	Ações ordinárias	Participação %
<b>Acionistas</b>				
VBC Energia S.A.	245.897.454	25,55	122.948.720	25,55
BB Carteira Livre I FIA	298.467.476	31,02	149.233.727	31,02
Bonaire Participações S.A.	121.427.038	12,62	60.713.511	12,62
BNDES Participações S.A.	81.053.460	8,42	40.526.739	8,42
Brumado Holdings S.A.	34.502.100	3,59	17.251.048	3,59
Antares Holding Ltda	16.039.720	1,67	8.019.852	1,67
Membros do Conselho de Administração	212	-	112	-
Membros da Diretoria Executiva	45.220	-	2.354	-
Demais Acionistas	164.841.580	17,13	82.441.067	17,13
<b>Total</b>	<b>962.274.260</b>	<b>100,00</b>	<b>481.137.130</b>	<b>100,00</b>

**24.1 Grupamento e desdobramento de ações**

Conforme divulgado nos Fatos Relevantes de 28 de março e 28 de abril de 2011, e Aviso aos Acionistas de 10 de maio de 2011, foi realizada a operação de grupamento das ações ordinárias de emissão da Sociedade, na proporção de 10 (dez) para 1 (uma), com o simultâneo desdobramento de cada ação grupada, na proporção de 1 (uma) para 20 (vinte), com prazo de 60 dias para que os acionistas pudessem ajustar suas posições de ações na BM&FBovespa S.A.

As ações resultantes da operação foram atribuídas e registradas aos titulares das ações no dia 4 de julho de 2011.

Esta operação de grupamento e desdobramento de ações não envolveu alteração em recursos financeiros.

## Notas Explicativas

As frações de ações dos acionistas que optaram por não ajustar suas posições foram identificadas, separadas e agrupadas em números inteiros, e serão vendidas em leilão na BM&FBovespa com início em 5 de agosto de 2011.

### 24.2 - Dividendos:

Conforme deliberado na AGO/AGE de 28 de abril de 2011, a Companhia procedeu ao registro de dividendo a pagar no montante de R\$ 486.040, referente ao segundo semestre de 2010. Do montante total, R\$ 482.646 foram pagos neste semestre.

## ( 25 ) LUCRO POR AÇÃO

### Lucro básico por ação

O cálculo do lucro básico por ação em 30 de junho de 2011 foi baseado no lucro líquido do semestre atribuível à controladora de R\$ 747.709 (R\$ 838.027 em 30 de junho de 2010) e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período findo em 30 de junho de 2011, conforme demonstrado:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
<b>Lucro líquido do período da controladora</b>	<b><u>747.709</u></b>	<b><u>838.027</u></b>
Ações em 1º de janeiro - em circulação	481.137.130	479.910.938
Ações emitidas em 26 de abril de 2010	-	1.226.192
Grupamento e desdobramento sem alteração de recursos, em jun/2011	<u>481.137.130</u>	-
Ações em 30 de junho - em circulação	962.274.260	481.137.130
<b>Média ponderada de ações em poder dos acionistas</b>	<b>962.274.260</b>	<b>960.702.566</b>
<b>Lucro por ação básico</b>	<b><u>0,78</u></b>	<b><u>0,87</u></b>

De acordo com o CPC 41 Resultado por Ação, o cálculo da quantidade média ponderada de ações de 2010 levou em consideração o evento ocorrido em 2011, de grupamento e desdobramento de ações conforme nota 24, em função de não ter ocorrido alteração de recursos financeiros.

### Lucro por ação diluído

Nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação, para os quais devesse considerar no cálculo do lucro por ação.

## Notas Explicativas

**( 26 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Consolidado			
	2011		2010	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita de Operações com Energia Elétrica</b>				
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	1.413.024	2.885.425	1.314.494	2.705.408
Industrial	1.028.327	1.979.091	1.049.963	2.048.454
Comercial	742.720	1.515.840	682.915	1.413.593
Rural	103.659	205.162	102.033	212.124
Poderes públicos	105.153	203.343	97.728	189.006
Iluminação pública	80.122	159.049	74.301	149.803
Serviço público	126.047	244.979	116.394	231.747
Fornecimento faturado	3.599.051	7.192.890	3.437.828	6.950.135
Fornecimento não faturado (líquido)	(11.249)	(1.408)	(57.882)	(11.123)
Encargos emergenciais - ECE/EAEE	1	(3)	-	3
Reclassificação da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.755.692)	(3.454.601)	(1.426.149)	(3.021.642)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>1.832.111</b>	<b>3.736.878</b>	<b>1.953.797</b>	<b>3.917.373</b>
<b>Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas</b>	<b>260.669</b>	<b>529.609</b>	<b>251.831</b>	<b>479.729</b>
Energia elétrica de curto prazo	37.778	45.195	15.738	17.778
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>298.447</b>	<b>574.804</b>	<b>267.569</b>	<b>497.507</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.755.692	3.454.601	1.426.149	3.021.642
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	324.639	662.772	261.702	502.180
Receita de construção da infraestrutura de concessão	250.415	464.017	253.020	403.464
Outras receitas e rendas	54.185	132.181	57.798	128.651
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>2.384.931</b>	<b>4.713.571</b>	<b>1.998.669</b>	<b>4.055.937</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>4.515.489</b>	<b>9.025.253</b>	<b>4.220.035</b>	<b>8.470.817</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>				
ICMS	(713.383)	(1.436.930)	(670.889)	(1.350.352)
PIS	(67.502)	(137.829)	(64.429)	(133.376)
COFINS	(310.984)	(634.934)	(296.765)	(614.394)
ISS	(1.240)	(2.340)	(724)	(1.517)
Reserva global de reversão - RGR	(14.708)	(25.926)	(18.371)	(35.600)
Conta de consumo de combustível - CCC	(181.504)	(356.367)	(141.539)	(264.605)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(131.211)	(262.422)	(117.660)	(235.316)
Programa de P & D e eficiência energética	(33.890)	(68.390)	(20.994)	(57.367)
PROINFA	(16.202)	(32.470)	(21.105)	(32.003)
Encargos emergenciais (ECE/EAEE)	(1)	3	-	(3)
IPJ	(6)	(6)	-	-
	<b>(1.470.631)</b>	<b>(2.957.612)</b>	<b>(1.352.476)</b>	<b>(2.724.533)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.044.857</b>	<b>6.067.641</b>	<b>2.867.559</b>	<b>5.746.284</b>

	Consolidado			
	2011		2010	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita de Operações com Energia Elétrica - em GWh (*)</b>				
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	3.256	6.716	3.187	6.471
Industrial	3.664	7.212	3.910	7.691
Comercial	1.960	4.087	1.892	3.912
Rural	450	902	485	1.041
Poderes públicos	288	570	285	550
Iluminação pública	365	735	359	715
Serviço público	447	892	431	854
Fornecimento faturado	10.430	21.113	10.549	21.234
Consumo próprio	8	17	8	17
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>10.438</b>	<b>21.130</b>	<b>10.557</b>	<b>21.251</b>
<b>Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas</b>	<b>2.265</b>	<b>4.684</b>	<b>2.507</b>	<b>4.922</b>
Energia elétrica de curto prazo	588	1.124	656	966
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>2.853</b>	<b>5.808</b>	<b>3.163</b>	<b>5.888</b>

## Notas Explicativas

Nº de consumidores (*)	Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
<b>Classe de consumidores</b>		
Residencial	5.959.104	5.785.107
Industrial	76.342	78.063
Comercial	499.979	494.855
Rural	240.328	236.846
Poderes públicos	45.984	44.512
Iluminação pública	8.252	7.908
Serviço público	7.288	7.158
<b>Total</b>	<b>6.837.277</b>	<b>6.654.449</b>

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes

O detalhamento dos reajustes tarifários das distribuidoras está demonstrado a seguir:

Empresa	Mês	2011		2010	
		IRT	Percepção do	IRT	Percepção do
		Reajuste	Consumidor	Reajuste	Consumidor
		Total	(*)	Total	(*)
CPFL Paulista	Abril	7,38%	7,23%	2,70%	-5,69%
CPFL Piratininga	Outubro	(**)	(**)	10,11%	5,66%
RGE	Junho	17,21%	6,74%	12,37%	3,96%
CPFL Santa Cruz	Fevereiro	23,61%	15,38%	10,09%	-2,53%
CPFL Leste Paulista	Fevereiro	7,76%	16,44%	-13,21%	-8,47%
CPFL Jaguari	Fevereiro	5,47%	6,62%	5,16%	3,67%
CPFL Sul Paulista	Fevereiro	8,02%	7,11%	5,66%	4,94%
CPFL Mococa	Fevereiro	9,50%	9,77%	3,98%	3,24%

(\*) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior.

(\*\*) O respectivo reajuste tarifário ainda não ocorreu.

### ( 27 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	2011		2010	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Energia Comprada para Revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	229.939	470.172	255.320	516.081
Energia de curto prazo	47.224	85.208	8.873	16.752
PROINFA	42.238	84.739	45.005	94.585
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	1.016.561	1.928.175	1.030.353	1.971.060
Crédito de PIS e COFINS	(120.440)	(238.037)	(122.615)	(254.709)
<b>Subtotal</b>	<b>1.215.522</b>	<b>2.330.257</b>	<b>1.216.936</b>	<b>2.343.769</b>
<b>Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição</b>				
Encargos da rede básica	244.979	484.485	226.757	456.975
Encargos de transporte de Itaipu	21.760	43.437	22.380	42.807
Encargos de conexão	17.219	33.830	12.508	25.438
Encargos de uso do sistema de distribuição	9.435	18.833	6.925	13.653
Encargos de serviço do sistema - ESS	41.304	88.651	39.731	78.776
Encargos de energia de reserva	1.431	5.980	14.836	16.517
Crédito de PIS e COFINS	(27.198)	(62.359)	(30.599)	(61.153)
<b>Subtotal</b>	<b>308.930</b>	<b>612.856</b>	<b>292.538</b>	<b>573.013</b>
<b>Total</b>	<b>1.524.451</b>	<b>2.943.113</b>	<b>1.509.474</b>	<b>2.916.782</b>



## Notas Explicativas

Energia Comprada para Revenda - GWh (*)	Consolidado			
	2011		2010	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Energia de Itaipu Binacional	2.701	5.383	2.620	5.353
Energia de curto prazo	1.115	2.438	485	1.499
PROINFA	129	349	264	495
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	8.472	16.473	9.350	18.284
<b>Total</b>	<b>12.417</b>	<b>24.643</b>	<b>12.719</b>	<b>25.631</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

### ( 28 ) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora					
	2º Trimestre					
	Gerais		Outros		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Pessoal	794	971	-	-	794	971
Material	15	24	-	-	15	24
Serviços de terceiros	7.848	3.778	-	-	7.848	3.778
Depreciação e amortização	45	36	-	-	45	36
Outros	1.241	1.417	36.297	36.878	37.538	38.295
Arrendamento e aluguéis	29	25	-	-	29	25
Publicidade e propaganda	1.044	130	-	-	1.044	130
Legais, judiciais e indenizações	1	15	-	-	1	15
Doações, contribuições e subvenções	84	-	-	-	84	-
Amortização de intangível de concessão	-	-	36.297	36.878	36.297	36.878
Outros	82	1.247	-	-	82	1.247
<b>Total</b>	<b>9.942</b>	<b>6.226</b>	<b>36.297</b>	<b>36.878</b>	<b>46.239</b>	<b>43.104</b>

	Controladora					
	1º Semestre					
	Gerais		Outros		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Pessoal	1.971	1.841	-	-	1.971	1.841
Material	32	39	-	-	32	39
Serviços de terceiros	11.403	6.580	-	-	11.403	6.580
Depreciação e amortização	89	66	-	-	89	66
Outros	2.646	2.496	72.595	72.240	75.240	74.736
Arrendamento e aluguéis	46	47	-	-	46	47
Publicidade e propaganda	1.761	501	-	-	1.761	501
Legais, judiciais e indenizações	352	361	-	-	352	361
Doações, contribuições e subvenções	223	-	-	-	223	-
Amortização de intangível de concessão	-	-	72.595	72.240	72.595	72.240
Outros	264	1.587	-	-	264	1.587
<b>Total</b>	<b>16.140</b>	<b>11.022</b>	<b>72.595</b>	<b>72.240</b>	<b>88.735</b>	<b>83.262</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado											
	2º Trimestre											
	Custo do Serviço Prestado				Despesa Operacional							
	Custo de Operação		a Terceiros		Vendas		Gerais		Outros		Total	
2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
Pessoal	140.460	85.872	-	117	29.887	20.602	35.412	39.531	-	-	205.759	146.122
Entidade de previdência privada	(22.352)	(21.803)	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.352)	(21.803)
Material	16.855	15.911	320	252	1.247	955	4.903	2.139	-	-	23.325	19.257
Serviços de terceiros	39.023	47.075	126	733	27.073	21.100	69.837	41.184	-	-	136.059	110.092
Depreciação e amortização	139.773	113.013	-	165	15.783	2.230	(1.536)	5.542	-	-	154.019	120.950
Custos com construção da infraestrutura	-	-	250.415	253.020	-	-	-	-	-	-	250.415	253.020
Outros	15.814	14.968	-	-	31.141	36.061	32.656	(17.580)	56.678	53.866	136.290	86.315
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	9.719	11.731	-	-	-	-	9.719	11.731
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	21.051	18.308	-	-	-	-	21.051	18.308
Arrendamento e alugueis	2.728	4	-	-	22	4	3.433	2.017	-	-	6.183	2.025
Publicidade e propaganda	280	-	-	-	57	-	2.996	2.245	-	-	3.333	2.245
Legais, judiciais e indenizações	102	-	-	-	-	-	20.397	(31.428)	-	-	20.499	(31.428)
Doações, contribuições e subvenções	10	-	-	-	-	-	2.413	3.662	-	-	2.423	3.662
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	338	7.234	6.073	7.234	6.411
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	46.013	48.041	46.013	48.041
Outros	12.695	14.964	-	-	292	5.018	3.416	5.506	3.431	(248)	19.834	25.320
<b>Total</b>	<b>329.572</b>	<b>255.036</b>	<b>250.861</b>	<b>254.287</b>	<b>105.131</b>	<b>79.948</b>	<b>141.273</b>	<b>70.816</b>	<b>56.678</b>	<b>53.866</b>	<b>883.515</b>	<b>713.953</b>

	Consolidado											
	1º Semestre											
	Custo do Serviço Prestado				Despesa Operacional							
	Custo de Operação		a Terceiros		Vendas		Gerais		Outros		Total	
2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
Pessoal	228.164	173.675	-	233	50.721	38.274	78.914	81.176	-	-	357.799	293.358
Entidade de previdência privada	(44.704)	(43.605)	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.704)	(43.605)
Material	28.823	29.155	406	619	1.897	1.585	10.410	4.855	-	-	41.536	36.214
Serviços de terceiros	80.647	83.017	205	1.254	52.662	38.320	123.507	86.378	-	-	257.022	208.969
Depreciação e amortização	263.537	221.807	-	330	16.455	4.417	16.123	11.155	-	360	296.115	238.069
Custos com construção da infraestrutura	-	-	464.017	403.464	-	-	-	-	-	-	464.017	403.464
Outros	26.901	31.273	-	-	56.467	61.262	67.139	6.644	111.189	108.071	261.696	207.250
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	18.178	23.041	-	-	-	-	18.178	23.041
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	37.418	30.080	-	-	-	-	37.418	30.080
Arrendamento e alugueis	2.876	-	-	-	83	4	9.135	4.136	-	-	12.095	4.140
Publicidade e propaganda	337	-	-	-	85	-	6.048	2.717	-	-	6.470	2.717
Legais, judiciais e indenizações	139	-	-	-	-	-	32.760	(18.448)	-	-	32.899	(18.448)
Doações, contribuições e subvenções	10	-	-	-	-	-	5.030	3.279	-	-	5.040	3.279
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	14.127	12.179	14.127	12.179
Ajuste de energia livre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.527	-	2.527
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	92.026	92.729	92.026	92.729
Outros	23.539	31.273	-	-	702	8.137	14.166	14.960	5.035	636	43.443	55.006
<b>Total</b>	<b>583.369</b>	<b>495.322</b>	<b>464.628</b>	<b>405.900</b>	<b>178.202</b>	<b>143.858</b>	<b>296.094</b>	<b>190.208</b>	<b>111.189</b>	<b>108.431</b>	<b>1.633.482</b>	<b>1.343.719</b>

## ( 29 ) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	2011		2010	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	4.679	10.952	8.464	18.325
Atualização de depósitos judiciais	429	429	206	393
PIS e COFINS sobre JCP	(9.394)	(9.394)	(9.117)	(9.117)
Outros	2.054	5.037	8.699	12.877
<b>Total</b>	<b>(2.232)</b>	<b>7.024</b>	<b>8.252</b>	<b>22.478</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(13.397)	(26.133)	(10.745)	(20.588)
Atualizações monetárias e cambiais	(183)	(561)	548	395
Outros	(82)	(87)	(8.589)	(14.829)
<b>Total</b>	<b>(13.662)</b>	<b>(26.781)</b>	<b>(18.786)</b>	<b>(35.022)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(15.894)</b>	<b>(19.757)</b>	<b>(10.534)</b>	<b>(12.544)</b>

**Notas Explicativas**

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2011</b>		<b>2010</b>	
	<b>2º Trimestre</b>	<b>1º Semestre</b>	<b>2º Trimestre</b>	<b>1º Semestre</b>
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	49.100	92.231	35.016	65.378
Acréscimos e multas moratórias	40.308	82.465	32.921	65.822
Atualização de créditos fiscais	1.016	2.842	337	1.355
Atualização de depósitos judiciais	15.648	28.471	11.055	25.753
Atualizações monetárias e cambiais	16.030	28.784	9.967	16.082
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	2.591	6.254	1.566	3.569
PIS e COFINS sobre JCP	(9.394)	(9.394)	(9.117)	(9.117)
Outros	10.225	19.785	20.120	33.450
<b>Total</b>	<b>125.524</b>	<b>251.438</b>	<b>101.865</b>	<b>202.292</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(245.259)	(471.698)	(183.461)	(338.138)
Atualizações monetárias e cambiais	(16.255)	(35.422)	(14.770)	(47.681)
(-) Juros Capitalizados	5.719	19.320	38.266	71.657
Uso do Bem Público	(31.545)	(33.917)	(5.562)	(10.180)
Outros	(20.233)	(42.877)	(20.462)	(44.081)
<b>Total</b>	<b>(307.574)</b>	<b>(564.593)</b>	<b>(185.989)</b>	<b>(368.423)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(182.050)</b>	<b>(313.156)</b>	<b>(84.124)</b>	<b>(166.131)</b>

Os juros são capitalizados a uma taxa de 9,95% a.a. sobre os ativos intangíveis e imobilizados qualificáveis, de acordo com o CPC 20. No primeiro semestre de 2010, do montante total, R\$ 48.384 (R\$ 25.812 no segundo trimestre de 2010) referem-se aos projetos de geração de energia que estavam em desenvolvimento, principalmente Foz do Chapecó, EPASA e CPFL Bioenergia.

**( 30 ) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é efetuada através da segmentação por tipo de negócio (atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica), baseado na estrutura interna das informações financeiras e da Administração.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados em bases de alocação razoáveis, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 já apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém maiores informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio.

## Notas Explicativas

Estão apresentadas, a seguir, as informações segregadas por ramo de atividade de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da Companhia:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros (*)	Eliminações	Total
<b>1° Semestre 2011</b>						
Receita operacional líquida	5.277.947	290.519	499.173	2	-	6.067.641
(-) Vendas entre sociedades parceiras	7.585	432.253	292.740	-	(732.578)	-
Resultado do serviço	956.334	410.378	141.092	(16.757)	-	1.491.046
Receita financeira	187.773	47.995	9.992	5.679	-	251.438
Despesa financeira	(262.366)	(259.483)	(15.961)	(26.783)	-	(564.593)
Lucro antes dos impostos	881.740	198.890	135.123	(37.861)	-	1.177.891
Imposto de Renda e Contribuição Social	301.094	52.645	43.248	20.946	-	417.933
Lucro Líquido	580.646	146.244	91.875	(58.807)	-	759.958
Total do ativo (**)	11.161.229	8.402.102	1.668.785	2.246.433	-	23.478.549
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	436.360	295.250	5.786	-	-	737.396
Depreciação e amortização	182.177	130.447	2.831	72.687	-	388.142
<b>1° Semestre 2010</b>						
Receita operacional líquida	5.046.591	248.833	450.858	2	-	5.746.284
(-) Vendas entre sociedades parceiras	7.308	291.617	336.317	-	(635.242)	-
Resultado do serviço	1.038.028	298.869	159.961	(11.075)	-	1.485.783
Receita financeira	150.528	19.823	10.652	21.289	-	202.292
Despesa financeira	(179.740)	(143.415)	(10.227)	(35.041)	-	(368.423)
Lucro antes dos impostos	1.008.817	175.276	160.386	(24.827)	-	1.319.652
Imposto de Renda e Contribuição Social	343.479	52.754	51.667	24.119	-	472.019
Lucro Líquido	665.338	122.522	108.719	(48.946)	-	847.633
Total do ativo (**)	10.927.392	7.212.016	404.706	439.386	-	18.983.500
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	432.659	283.672	5.562	188	-	722.081
Depreciação e amortização	174.419	85.329	2.140	72.357	-	334.245

(\*) Outros: refere-se basicamente a CPFL Energia após as devidas eliminações com sociedades parceiras.

(\*\*) Os ágios de aquisições líquidos de amortização, registrados na CPFL Energia foram alocados nos respectivos segmentos.

### ( 31 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui as seguintes empresas como principais acionistas:

- VBC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, atuante em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Bonaire Participações S.A.

Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações, sendo esta controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Fundo BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações

Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 demonstram os saldos e movimentações realizados no curso normal das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

## Notas Explicativas

- a) **Saldo Bancário e Aplicação Financeira** - Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto ao banco do Brasil, conforme descrito na nota 5.
- b) **Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Derivativos** - Corresponde a captação de recursos junto ao Banco do Brasil conforme descrito nas notas 16 e 17, contratados em condições normais de mercado, vigentes à época. Adicionalmente, a Companhia é garantidora de algumas dívidas captadas por suas controladas, conforme descrito na nota 16 e 17.
- c) **Outras Operações Financeiras** - Os valores de despesa relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação. Possui saldo registrado no passivo compreendendo basicamente aos direitos sobre o processamento da folha de pagamentos de algumas controladas que foram negociados com o Banco do Brasil, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato. Adicionalmente, a Companhia possui Fundo de Investimento Exclusivo, sendo um dos administradores o BB DTVM, o qual cobra taxas de administração em condições normais de mercado para a respectiva gestão.
- d) **Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática. Estas operações foram contratadas em condições normais de mercado.
- e) **Venda de energia no mercado livre** - Refere-se basicamente à venda de energia a consumidores livres, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Companhia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da Companhia.
- f) **Suprimento de energia no mercado livre** - Refere-se basicamente à aquisição de energia pelas comercializadoras através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração.
- g) **Outras Receitas** - Refere-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia.
- h) **Compra e venda de energia no mercado regulado** - As controladas, concessionárias do serviço público de distribuição, cobram tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realizam vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo órgão regulador. Estas distribuidoras também adquirem energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Adicionalmente, algumas controladas possuem plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados, conforme descrito na nota 18.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Companhia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

No semestre, as controladas obtiveram junto ao Banco do Brasil liberações de financiamento de capital de giro, conforme descrito na nota 16. Adicionalmente, parte das debêntures emitidas pelas controladas no semestre, conforme descrito na nota 17, foram subscritas pelo Banco do Brasil.

## Notas Explicativas

### ( 32 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

#### a) Considerações sobre Riscos:

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

**Risco de Taxa de Câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia e suas controladas trocarem os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. Adicionalmente as suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente através do consumo e consequente faturamento de energia ocorridos após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

**Risco de Taxa de Juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. As controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos pré indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

**Risco de Crédito:** O risco surge da possibilidade das suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

**Risco quanto à Escassez de Energia:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2010, elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, os riscos de qualquer déficit de energia para o ano de 2011 são baixos, tornando remota a possibilidade de um novo programa de racionamento de energia.

**Risco de Aceleração de Dívidas:** A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição, embora compensados em períodos subsequentes por outros reajustes.

## Notas Explicativas

### Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de *software* (MAPS), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, a Companhia e suas controladas atendem aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley tendo, portanto, políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

### b) Valorização dos Instrumentos Financeiros

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelo site da BM&F, BOVESPA e ANDIMA (vide nota 4).

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para operações específicas do setor elétrico, sem similar no mercado e com pouca liquidez, principalmente relacionadas aos aspectos regulatórios, as controladas assumiram que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil. Isto ocorre em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

Além dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os valores de mercado de tais instrumentos financeiros obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de comparação, são como segue:

	Controladora			
	30/06/2011		31/12/2010	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Debêntures (nota 17)	(466.923)	(470.862)	(465.529)	(470.262)
<b>Total</b>	<b>(466.923)</b>	<b>(470.862)</b>	<b>(465.529)</b>	<b>(470.262)</b>
	Consolidado			
	30/06/2011		31/12/2010	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	(5.513.706)	(5.156.283)	(5.141.554)	(4.870.909)
Debêntures (nota 17)	(6.413.398)	(6.619.049)	(3.840.338)	(3.891.397)
<b>Total</b>	<b>(11.927.104)</b>	<b>(11.775.332)</b>	<b>(8.981.892)</b>	<b>(8.762.306)</b>

## Notas Explicativas

### c) Instrumentos Derivativos

Conforme comentado anteriormente, a Companhia e suas controladas possuem por prática utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia e suas controladas possuem *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia e suas controladas são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela controlada CPFL Paulista possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tal dívida foi designada para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo. Ademais, a Companhia e suas controladas não adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de junho de 2011 a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação
	Ativo	(Passivo)	Valores de mercado, líquidos						
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:</b>									
<b>Hedge variação cambial:</b>									
CPFL Paulista ABN	-	(51.293)	(51.293)	(45.012)	(6.281)	yen	01/2012	376.983	balcão
<b>Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial:</b>									
CPFL Paulista HSBC	-	(578)	(578)	(592)	14	dólar	10/2011	20.546	balcão
CPFL Geração Itaú	-	(651)	(651)	(139)	(512)	dólar	de 07/2011 a 12/2011	52.161	Balcão
<b>Hedge variação de taxa de juros (1)</b>									
CPFL Energia Citibank	-	(721)	(721)	(63)	(658)	CDI + spread	09/2011 a 09/2014	450.000	Balcão
RGE Santander Citibank	125 (6)	- -	125 (6)	55 2	70 (8)	CDI + spread CDI + spread	07/2011 a 12/2013 07/2011 a 12/2013	280.000 100.000	Balcão Balcão
<b>Hedge variação de taxa de juros (2)</b>									
CPFL Piratininga HSBC	-	(191)	(191)	-	(191)	TJLP	01/2013	21.655	Balcão
Santander	-	(208)	(208)	(8)	(200)	TJLP	01/2013	21.663	Balcão
CPFL Geração HSBC	-	(381)	(381)	(18)	(363)	TJLP	12/2012	42.385	Balcão
<b>Subtotal</b>	<b>119</b>	<b>(54.023)</b>	<b>(53.904)</b>	<b>(45.775)</b>	<b>(8.129)</b>				
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>(54.023)</b>	<b>(53.904)</b>	<b>(45.775)</b>	<b>(8.129)</b>				
Circulante	92	(53.581)							
Não circulante	27	(442)							
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>(54.023)</b>							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17

(1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

(2) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade mensal, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.



## Notas Explicativas

Conforme mencionado acima, a controlada CPFL Paulista optou por marcar a mercado a dívida a qual possui instrumentos de hedge totalmente atrelados, de modo que em 30 de junho de 2011 foi apurado um ganho de R\$ 4.711 (nota 16). Este ganho minimizou a perda de derivativos apresentada anteriormente.

A Companhia e suas controladas têm reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado:

Empresa	Risco protegido / operação	Conta contábil	Ganho (Perda)			
			2011		2010	
			2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
CPFL Energia	Varição de taxas de juros	Swap de juros	52	65	66	164
CPFL Energia	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	(129)	68	20	(231)
CPFL Paulista	Varição cambial	Swap de moedas	(17.475)	(47.621)	17.752	16.962
CPFL Paulista	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	(620)	1.340	(754)	(69)
CPFL Piratininga	Varição de taxas de juros	Swap de juros	182	(391)	49	49
CPFL Piratininga	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	25	(8)	(328)	(328)
CPFL Geração	Varição cambial	Swap de moedas	(3.529)	(8.882)	(11.031)	(8.238)
CPFL Geração	Varição de taxas de juros	Swap de juros	(140)	(234)	161	619
CPFL Geração	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	604	2.520	754	1.586
RGE	Varição de taxas de juros	Swap de juros	47	123	159	341
RGE	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	(7)	(159)	(118)	(12)
			<b>(20.990)</b>	<b>(53.179)</b>	<b>6.730</b>	<b>10.843</b>

### d) Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM n° 475/08, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

#### Varição cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial existente em 30 de junho de 2011 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seriam:

Instrumentos	Exposição	Risco	Consolidado		
			Depreciação cambial de	Depreciação cambial de	Depreciação cambial de
			9,2%*	25%**	50%**
Instrumentos financeiros ativos	19.521	alta dólar	1.798	4.880	9.761
Instrumentos financeiros passivos	(124.223)	alta dólar	(11.442)	(31.056)	(62.111)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	72.761	alta dólar	6.702	18.190	36.380
	<b>(31.941)</b>		<b>(2.942)</b>	<b>(7.986)</b>	<b>(15.970)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(404.792)	alta yen	(37.287)	(101.198)	(202.396)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	404.792	alta yen	37.287	101.198	202.396
	-		-	-	-
	<b>(31.941)</b>		<b>(2.942)</b>	<b>(7.986)</b>	<b>(15.970)</b>

(\*) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&F

(\*\*) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08

## Notas Explicativas

### Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2011 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI : 11% a.a; IGP-M: 8,65% a.a.; TJLP: 6,00% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras consolidadas para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 714.327. Caso ocorressem oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I*	Consolidado	
				Elevação de índice em 25%**	Elevação de índice em 50%**
Instrumentos financeiros ativos	3.947.831	variação CDI	65.139	108.565	217.131
Instrumentos financeiros passivos	(8.143.727)	variação CDI	(134.371)	(223.952)	(447.905)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	(617.252)	variação CDI	(10.185)	(16.975)	(33.949)
	<b>(4.813.148)</b>		<b>(79.417)</b>	<b>(132.362)</b>	<b>(264.723)</b>
Instrumentos financeiros ativos	65.924	variação IGP-M	(2.011)	1.426	2.851
Instrumentos financeiros passivos	(31.125)	variação IGP-M	949	(673)	(1.346)
	<b>34.799</b>		<b>(1.062)</b>	<b>753</b>	<b>1.505</b>
Instrumentos financeiros passivos	(3.217.313)	variação TJLP	(18.982)	(48.260)	(96.519)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	85.795	variação TJLP	506	1.287	2.574
	<b>(3.131.518)</b>		<b>(18.476)</b>	<b>(46.973)</b>	<b>(93.945)</b>
Total de aumento	<b>(7.909.867)</b>		<b>(98.955)</b>	<b>(178.582)</b>	<b>(357.163)</b>

(\*) Os índices de CDI, IGP-M e TJLP considerados de: 12,65%, 5,6% e 6,59%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado

(\*\*) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08

### ( 33 ) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

A Companhia possui os seguintes ativos e passivos contabilizados para fins regulatórios, que não estão registrados nas informações trimestrais consolidadas, conforme descrito na nota 3.13.

## Notas Explicativas

	Consolidado					
	30/06/2011	31/3/2011	31/12/2010	30/06/2010	31/03/2010	31/12/2009
<b>Ativos</b>						
Consumidores, concessionárias e permissionárias						
Descontos TUSD (*) e irrigação	64.236	71.630	54.407	22.111	16.828	12.753
Outros componentes financeiros	-	-	-	-	-	199
	<b>64.236</b>	<b>71.630</b>	<b>54.407</b>	<b>22.111</b>	<b>16.828</b>	<b>12.952</b>
Diferimento de custos tarifários						
Parcela "A"	-	-	333	999	1.333	1.290
CVA (**)	335.493	330.339	333.622	271.736	366.741	374.336
	<b>335.493</b>	<b>330.339</b>	<b>333.954</b>	<b>272.735</b>	<b>368.074</b>	<b>375.626</b>
<b>Despesas pagas antecipadamente</b>						
Sobrecontratação	6.585	8.899	23.860	54.032	70.752	100.326
Subvenção baixa renda - perdas	32.680	31.011	34.994	47.281	48.186	55.506
Neutralidade dos encargos setoriais	1.160	381	-	897	-	-
Reajuste tarifário	1.402	5.194	13.891	30.560	-	-
Outros componentes financeiros	44.435	50.189	53.314	58.742	36.467	11.557
	<b>86.262</b>	<b>95.674</b>	<b>126.059</b>	<b>191.512</b>	<b>155.405</b>	<b>167.389</b>
<b>Passivos</b>						
Diferimento de Ganhos Tarifários						
Parcela "A"	-	-	(11.472)	(34.338)	(45.772)	(44.419)
CVA (**)	(438.985)	(402.013)	(364.365)	(417.770)	(506.543)	(377.735)
	<b>(438.985)</b>	<b>(402.013)</b>	<b>(375.837)</b>	<b>(452.108)</b>	<b>(552.315)</b>	<b>(422.154)</b>
Outras Contas a Pagar (nota 22)						
Revisão tarifária	-	-	-	(23.382)	(49.315)	(89.261)
Descontos TUSD (*) e irrigação	(2.043)	(1.190)	(1.923)	(3.054)	(3.273)	(991)
Reajuste tarifário	-	-	(3.556)	(10.882)	(14.225)	-
Sobrecontratação	(116.964)	(127.196)	(61.391)	(47.679)	(46.119)	(17.541)
Subvenção baixa renda - ganhos	(6.426)	(5.923)	(6.280)	(3.924)	(5.890)	(6.011)
Neutralidade dos encargos setoriais	(96.955)	(111.798)	(63.905)	(27.456)	(1.521)	-
Outros componentes financeiros	(11.461)	(16.168)	(26.110)	(36.980)	(24.110)	(12.138)
	<b>(233.849)</b>	<b>(262.275)</b>	<b>(163.165)</b>	<b>(153.360)</b>	<b>(144.453)</b>	<b>(125.942)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(186.842)</b>	<b>(166.645)</b>	<b>(24.581)</b>	<b>(119.110)</b>	<b>(156.461)</b>	<b>7.871</b>

(\*) Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

(\*\*) Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela "A"

### ( 34 ) FATOS RELEVANTES E EVENTO SUBSEQUENTE

#### 34.1 Empréstimos e financiamentos

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em julho de 2011, foi aprovado que as controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Sul Paulista e CPFL Leste Paulista possam captar financiamento através de empréstimos externos, no valor total em moeda estrangeira de até R\$ 1.210 milhões, com prazo de até 5 (cinco) anos. A Sociedade será garantidora de todas estas operações através da concessão de aval e nota promissória.

Até 1º de agosto de 2011, R\$ 983 milhões já foram liberados, (R\$ 740 milhões para controlada CPFL Paulista e R\$ 243 milhões pela controlada CPFL Piratininga) com indexação à variação cambial do dólar e spread de 2,33% a 3,69% e com prazo de pagamento de 3 a 5 anos. As controladas contrataram swap convertendo o custo da operação para taxa anual de juros, em reais, de 96,85% do CDI a 106,85% do CDI.

#### 34.2 Reestruturação societária – associação com a ERSA

Em 19 de abril de 2011, a Companhia celebrou com os acionistas da ERSA Energia Renováveis S.A ("Ersa"), um acordo de associação para união de ativos e projetos de energia renovável detidos em suas controladas – no caso da CPFL, os ativos das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil - incluindo parques eólicos, usinas termelétricas à biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. Após uma série de reestruturações societárias previstas, a CPFL Geração e a CPFL

## Notas Explicativas

Brasil passarão a integrar o bloco de controle da ERSa, como acionistas majoritárias, dando origem à CPFL Energias Renováveis S.A.

Em 21 de junho de 2011, a ANEEL autorizou, por meio da Resolução Autorizativa n.º 2.967/2011, publicada no D.O.U. em 4 de julho de 2011, a reestruturação societária que, relativamente às empresas do Grupo CPFL envolvidas no projeto, resume-se às seguintes etapas:

Etapa 1: Transferência das PCH's da CPFL Geração para as seguintes SPEs por ela controladas: MOHINI Empreendimentos e Participações Ltda. – “Mohini”; JAYADITYA Empreendimentos e Participações Ltda – “Jayaditya”; e CHIMAY Empreendimentos e Participações Ltda. – “Chimay”;

Etapa 2: Aumento no capital social da SMITA Empreendimentos e Participações S.A. (“SMITA”), com a contribuição pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil, de suas participações societárias detidas em SPEs de energia renovável, inclusive nas SPEs Mohini, Jayaditya e Chimay, que recebem as PCHs da CPFL Geração na etapa 1; e

Etapa 3: Incorporação da SMITA pela ERSa, o que implicará no ingresso da CPFL Geração e da CPFL Brasil no quadro de acionistas daquela sociedade – que passará a adotar a denominação CPFL Energias Renováveis S.A.

Em 18 de julho de 2011 as controladas CPFL Geração, CPFL Brasil e SMITA aprovaram as etapas 1 e 2.

### 34.3 Proposta de destinação de dividendos

Em 01 de agosto de 2011, a Diretoria Executiva da Companhia propôs a destinação de dividendos intermediários, no montante de R\$ 747.709 correspondente a R\$ 0,777023176 por ação, referente aos resultados apurados no primeiro semestre de 2011. Conforme item 3.9, esses valores não foram registrados na contabilidade.

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

### PROJETOS DE INVESTIMENTOS

(Não revisado pelos auditores independentes)

Nossos principais investimentos nos últimos anos têm sido destinados a manutenção e ao aprimoramento de nossa rede de distribuição e aos nossos projetos de geração. A tabela seguir apresenta os investimentos da Companhia e suas controladas no 2º Trimestre de 2011, bem como nos últimos três exercícios findos em 31 de dezembro 2010, 2009 e 2008.

	Em milhões de Reais					
	1o Semestre 2011	2o Trimestre 2011	1o Trimestre 2011	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
				2010	2009	2008
<b>Distribuição de Energia</b>						
CPFL Paulista	193	94	99	527	344	279
CPFL Piratininga	111	38	73	285	132	123
RGE	96	52	44	237	215	226
Outras	36	20	16	79	54	37
	<b>436</b>	<b>204</b>	<b>232</b>	<b>1.128</b>	<b>745</b>	<b>665</b>
<b>Geração de Energia</b>	295	103	192	645	581	502
<b>Comercialização de Energia e Outros</b>	6	4	2	29	12	11
	<b>737</b>	<b>311</b>	<b>426</b>	<b>1.802</b>	<b>1.338</b>	<b>1.178</b>

Planejamos investir aproximadamente, R\$2.092 milhões em 2011 e, aproximadamente, R\$1.633 milhões em 2012. Dos investimentos totais orçados para estes períodos, R\$2.144 milhões destinam-se à distribuição e R\$1.474 milhões a geração.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTE**

Posição dos acionistas da CPFL Energia S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, em 30 de junho de 2011:

Acionistas	Ações ordinárias	Partic - %
VBC Energia S.A.	245.897.454	25,55
BB Carteira Livre I FIA	298.467.476	31,02
Bonaire Participações S.A.	121.427.038	12,62
BNDES Participações S.A.	81.053.460	8,42
Membros do Conselho de Administração	212	-
Membros da Diretoria Executiva	45.220	-
Demais Acionistas	215.383.400	22,39
<b>Total</b>	<b>962.274.260</b>	<b>100,00</b>

Quantidade e características de valores mobiliários detidos pelo grupo de controladores, membros da Diretoria, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e Ações em Circulação, em 30 de junho de 2011 e 2010:

Acionistas	30/06/2011		30/06/2010	
	Ações ordinárias	Partic - %	Ações ordinárias	Partic - %
Controladores	666.629.828	69,28	373.422.697	77,61
Administradores				
Membros da Diretoria	45.220	-	5.624	-
Membros do Conselho de Administração	212	-	112	-
Membros do Conselho Fiscal	-	-	-	-
Demais Acionistas	295.599.000	30,72	107.708.697	22,39
<b>Total</b>	<b>962.274.260</b>	<b>100,00</b>	<b>481.137.130</b>	<b>100,00</b>
Ações em Circulação	295.599.000	30,72	107.708.697	22,39

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Composição dos acionistas da VBC Energia S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível pessoa física, em 30 de junho de 2011.

	Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
(a)	Átíla Holdings S/A	1.815.927	46,55	70.530	50,00	1.886.457	46,67
(b)	Camargo Corrêa Energia S.A.	1.339.149	34,33	47.018	33,33	1.386.167	34,29
(c)	Camargo Corrêa S.A.	581.201	14,90	23.512	16,67	604.713	14,96
	Demais acionistas	164.951	4,22	-	-	164.951	4,08
	<b>Total</b>	<b>3.901.228</b>	<b>100,00</b>	<b>141.060</b>	<b>100,00</b>	<b>4.042.288</b>	<b>100,00</b>

(a) **Átíla Holdings S/A**

	Acionista	ON	Part - %
(d)	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	280.767.655	38,91
	Camargo Corrêa S.A.	440.877.607	61,09
	<b>Total</b>	<b>721.645.262</b>	<b>100,00</b>

(b) **Camargo Corrêa Energia S.A.**

	Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
(e)	Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A.	518.860	100,00	518.854	100,00	1.037.714	100,00
	Demais acionistas	-	-	6	-	6	-
	<b>Total</b>	<b>518.860</b>	<b>100,00</b>	<b>518.860</b>	<b>100,00</b>	<b>1.037.720</b>	<b>100,00</b>

(c) **Camargo Corrêa S.A.**

	Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
(f)	Participações Morro Vermelho S.A.	48.941	99,99	93.099	100,00	142.040	100,00
	Demais acionistas	5	0,01	1	-	6	-
	<b>Total</b>	<b>48.946</b>	<b>100,00</b>	<b>93.100</b>	<b>100,00</b>	<b>142.046</b>	<b>100,00</b>

(d) **Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.**

	Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
(d.1)	Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.	405.222	100,00	87.772	99,99	492.994	99,99
	Demais acionistas	5	-	8	0,01	13	0,01
	<b>Total</b>	<b>405.227</b>	<b>100,00</b>	<b>87.780</b>	<b>100,00</b>	<b>493.007</b>	<b>100,00</b>

(e) **Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A.**

	Acionista	ON	Part - %
(c)	Camargo Corrêa S.A.	685.162.736	100,00
	Demais acionistas	6	-
	<b>Total</b>	<b>685.162.742</b>	<b>100,00</b>

(d.1) **Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.**

	Acionista	ON	Part - %
(c)	Camargo Corrêa S.A.	2.998.125.577	100,00
	Demais acionistas	5	-
	<b>Total</b>	<b>2.998.125.582</b>	<b>100,00</b>

(f) **Participações Morro Vermelho S.A.**

	Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
(g)	RCABON Empreendimentos e Participações S.A	749.998	33,33	-	-	749.998	11,11
(h)	RCNON Empreendimentos e Participações S.A	749.998	33,33	-	-	749.998	11,11
(i)	RCPODON Empreendimentos e Participações S.A	749.998	33,33	-	-	749.998	11,11
(j)	RCABPN Empreendimentos e Participações S.A	-	-	1.498.080	33,29	1.498.080	22,19
(k)	RCNPN Empreendimentos e Participações S.A	-	-	1.498.080	33,29	1.498.080	22,19
(l)	RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A	-	-	1.498.080	33,29	1.498.080	22,19
(m)	RRRPN Empreendimentos e Participações S.A	-	-	5.760	0,13	5.760	0,09
	Demais acionistas	6	0,01	-	-	6	0,01
	<b>Total</b>	<b>2.250.000</b>	<b>100,00</b>	<b>4.500.000</b>	<b>100,00</b>	<b>6.750.000</b>	<b>100,00</b>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****(g) RCABON Empreendimentos e Participações S.A**

Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
Rosana Camargo Arruda Botelho	749.850	100,00	40	27	749.890	99,99
Demais Acionistas	-	-	110	73	110	0,01
<b>Total</b>	<b>749.850</b>	<b>100,00</b>	<b>150</b>	<b>100,00</b>	<b>750.000</b>	<b>100,00</b>

**(h) RCNON Empreendimentos e Participações S.A**

Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
Renata de Camargo Nascimento	749.850	100	40	-	749.890	99,99
Demais Acionistas	-	-	110	100	110	0,01
<b>Total</b>	<b>749.850</b>	<b>100</b>	<b>150</b>	<b>100</b>	<b>750.000</b>	<b>100,00</b>

**(i) RCPODON Empreendimentos e Participações S.A**

Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	749.850	100,00	-	-	749.850	99,98
Demais Acionistas	-	-	150	100	150	0,02
<b>Total</b>	<b>749.850</b>	<b>100,00</b>	<b>150</b>	<b>100,00</b>	<b>750.000</b>	<b>100,00</b>

**(j) RCABPN Empreendimentos e Participações S.A**

Acionista	ON	Part - %
Rosana Camargo Arruda Botelho	1.499.890	99,99
Demais Acionistas	110	0,01
<b>Total</b>	<b>1.500.000</b>	<b>100,00</b>

**(k) RCNPN Empreendimentos e Participações S.A**

Acionista	ON	Part - %
Renata de Camargo Nascimento	1.499.890	99,99
Demais Acionistas	110	0,01
<b>Total</b>	<b>1.500.000</b>	<b>100</b>

**(l) RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A**

Acionista	ON	Part - %
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.499.850	99,99
Demais Acionistas	150	0,01
<b>Total</b>	<b>1.500.000</b>	<b>100,00</b>

**(m) RRRPN Empreendimentos e Participações S.A**

Acionista	ON	Part - %
Rosana Camargo Arruda Botelho	1.980	33,33
Renata de Camargo Nascimento	1.980	33,33
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.980	33,34
<b>Total</b>	<b>5.940</b>	<b>100,00</b>



## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Composição dos acionistas do Fundo Mútuo de Investimentos em Ações - BB Carteira Livre I com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível pessoa física, em 30 de junho de 2011.

### Fundo Mútuo de Investimentos em Ações - BB Carteira Livre I

Acionista	Cotas	Part - %
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	130.163.541	100,00
<b>Total</b>	<b>130.163.541</b>	<b>100,00</b>

Composição dos acionistas da BONAIRE Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível pessoa física, em 30 de junho de 2011.

Acionista	ON	Part - %
(a) Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações	66.728.872	100,00
Demais acionistas	6	-
<b>Total</b>	<b>66.728.878</b>	<b>100,00</b>

#### (a) Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações

Acionista	Cotas	Part - %
(b) Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações 114	353.528.507	44,39
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros	181.405.069	22,78
Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev	4.823.881	0,61
Fundação Sistel de Seguridade Social	256.722.311	32,22
<b>Total</b>	<b>796.479.768</b>	<b>100,00</b>

#### (b) Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações 114

Acionista	Cotas	Part - %
Fundação CESP	353.528.507	100,00
<b>Total</b>	<b>353.528.507</b>	<b>100,00</b>

Composição dos acionistas da BNDES Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível pessoa física, em 30 de junho de 2011.

Acionista	ON	Part - %
Banco Nacional de Desenv. Econômico e Social (*)	1	100,00
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100,00</b>

(\*) Órgão do governo: único acionista União Federal

As quantidades de ações estão expressas em unidades.

#### Compromisso de arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no artigo nº 44 do Estatuto Social da Companhia.

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

## Balço Social Anual / 2011 (\*)



Empresa: CPFL Energia S/A

1 - Base de Cálculo	1º Semestre de 2011 Valor (Mil reais)			1º Semestre de 2010 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	6.067.641			5.746.284		
Resultado operacional (RO)	1.177.891			1.319.652		
Folha de pagamento bruta (FPB)	309.409			258.416		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	23.018	7,44%	0,38%	19.799	7,66%	0,34%
Encargos sociais compulsórios	67.178	21,71%	1,11%	69.809	27,01%	1,21%
Previdência privada	14.668	4,74%	0,24%	12.398	4,80%	0,22%
Saúde	12.842	4,15%	0,21%	14.535	5,62%	0,25%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	1.005	0,39%	0,02%
Educação	901	0,29%	0,01%	1.112	0,43%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.065	1,31%	0,07%	4.465	1,73%	0,08%
Creches ou auxílio-creche	429	0,14%	0,01%	715	0,28%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	20.029	6,47%	0,33%	20.531	7,95%	0,36%
Outros	2.490	0,80%	0,04%	2.793	1,08%	0,05%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>145.620</b>	<b>47,06%</b>	<b>2,40%</b>	<b>147.163</b>	<b>56,95%</b>	<b>2,56%</b>
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	120	0,01%	0,00%	420	0,03%	0,01%
Cultura	5.616	0,48%	0,09%	4.408	0,33%	0,08%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	801	0,06%	0,01%
Esporte	150	0,01%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	564	0,05%	0,01%	1.084	0,08%	0,02%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>6.450</b>	<b>0,55%</b>	<b>0,11%</b>	<b>6.713</b>	<b>0,51%</b>	<b>0,12%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.991.633	253,98%	49,30%	2.671.396	202,43%	46,49%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>2.998.083</b>	<b>254,53%</b>	<b>49,41%</b>	<b>2.678.109</b>	<b>202,94%</b>	<b>46,61%</b>
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	19.134	1,62%	0,32%	52.923	4,01%	0,92%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	19.577	1,66%	0,32%	34.787	2,64%	0,61%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>38.711</b>	<b>3,29%</b>	<b>0,64%</b>	<b>87.710</b>	<b>6,65%</b>	<b>1,53%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%		<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	1º Semestre de 2011			1º Semestre de 2010		
Nº de empregados(as) ao final do período	8.003			7.515		
Nº de admissões durante o período	790			658		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	ND			ND		
Nº de estagiários(as)	289			230		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.034			2.081		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.908			1.577		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	10,99%			9,58%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	972			781		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,91%			1,30%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	288			296		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	1º Semestre de 2011			1º Semestre de 2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	74,24			74,49		
Número total de acidentes de trabalho	13			9		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 169.433	no Procon 788	na Justiça 1.989	na empresa 790.497	no Procon 433	na Justiça 873
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 17,2%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 53,21%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	1º SEM 2011 4.691.971			1º SEM 2010 4.371.819		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	64,8%: governo 6,4%: colaboradores(as) 0,0%: acionistas 12,6%: terceiros 16,2%: retido			65,62%: governo 0%: acionistas 5,45%: colaboradores(as) 9,54%: terceiros 19,39%: retido		
7 - Outras Informações	<b>Informações Consolidadas</b>					
* Reajustados para adequar a Norma IFRS.						
Nos itens financeiros foram utilizados os percentuais de participação societária. Para as demais informações, tais como quantidade de empregados e processos judiciais, as informações foram disponibilizadas em números inteiros.						
Responsável pelo Preenchimento: Antônio Carlos Bassalo, fone (19) - 3756-8018, bassalo@cpfl.com.br						
(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes						

## **Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas e Administradores da  
CPFL Energia S.A.  
São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CPFL Energia S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de seis meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas FRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 1 de agosto de 2011

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Jarib Brisola Duarte Fogaça  
Contador CRC 1SP125991/O-0